

# PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV  
GVces

NÚMERO 31  
JUNHO 2009  
R\$ 15,00



## O mundo em crise pede um novo capitalismo

**CONSUMIDOR:** seu poder de transformar a sociedade é menor do que se apregoa

**ENTREVISTA:** países ricos devem parar de crescer já, defende economista

**ARTE-ATIVISMO:** tecnologia e globalização turbinam movimentos contra o *status quo*



“ Uma noite, depois de curtir um tempo com minha filha, recebi a assessoria de um gerente sobre meus investimentos. Foi aí que eu entendi o valor de ser Cliente Van Gogh. ”

*Ildefonso Santos*  
▶ Cliente Van Gogh

Serviços Van Gogh. Gerentes especializados em *assessoria financeira* à disposição por telefone, das 8h às 22h, 365 dias por ano.

- ✓ Orientação de qualidade em investimentos, crédito imobiliário, previdência, seguros e transações.
- ✓ Assessoria financeira no Portal de Investimentos e no Radiochat e Videochat Van Gogh.

**VAN GOGH**

Abra sua conta.  
Serviços Van Gogh: selecionados por você.

Atendimento gerencial: Disque Real, opção 8  
(consulte o telefone no site)

SAC – Serviço de Apoio ao Cliente: 0800 707 2399  
Duidoria: 0800 286 8787

[bancoreal.com.br/vangogh](http://bancoreal.com.br/vangogh)

*Junte-se a nós.*

O banco da sua vida

**BANCO REAL**  
GRUPO SANTANDER

## Um painel de possibilidades

Uma grande parede em branco e ímãs imitando os azulejos com os formatos gráficos do artista plástico brasileiro Athos Bulcão, notável por seus painéis e mosaicos: está montada a brincadeira artística para as crianças na exposição *Para Ver com as Mãos*, do Sesc Pompeia, em São Paulo. Ao dispor à vontade as peças na parede, elas percebem a conexão entre as unidades, enquanto o desenho de uma acaba se interligando ao de outra, formando um conjunto tão imprevisível e dinâmico quanto a imaginação que povoa a infância.

Em reportagem nesta edição, um dos entrevistados diz que as crises financeira e ambiental resultam exatamente da falta de percepção sobre a interdependência entre as peças de que o mundo e a sociedade são feitos. Assim como na intervenção das crianças, não seria preciso jogar as peças fora e produzir outras para fazer um novo desenho, mas, sim, rearranjá-las de modo que o sistema todo seja reformulado. E dê origem a um conjunto mais harmônico, capaz de satisfazer as aspirações por bem-estar e prosperidade, desde que circunscrito aos limites biofísicos e morais que o ambiente e a ética definem.

É disso que trata este número de PÁGINA22. Remodelar e aprimorar o atual sistema capitalista-democrático é possível, mais que isso, inevitável. Na apresentação da obra de Athos Bulcão às crianças, está escrito que o “des-saber” é mais difícil que o “saber”, porque temos de desaprender o que sabemos e aprender aquilo para o qual não estamos preparados. Uma vez que “sabem menos”, as crianças estariam em vantagem em relação a nós, adultos. Olhar como elas compõem os painéis pode ser um belo – e divertido – exercício para aprendermos a formar um mundo, o mundo que vamos entregar a elas.

Boa leitura

# PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni  
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman  
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini  
EDITORA Amália Safatle  
REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE  
Marco Cançado, Dora Dias (Banana Biônica Design)  
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi  
REVISÃO José Genuíno Moura Ribeiro  
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo  
RELAÇÕES PÚBLICAS Jaqueline Santiago  
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo, Flavia Pardini,  
Ignacy Sachs, Marcelo Trad, Mario Monzoni, Rachel Biderman,  
Regina Scharf, Sérgio Magalhães  
ENSAIO FOTOGRÁFICO Marcelo Pallotta

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)  
MARKETING E PUBLICIDADE  
SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415  
e Monica Carboni (11) 8104-1632  
RIO: Ricardo Lutrigardes (21) 9217-3931  
BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305  
MINAS GERAIS: Alvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854  
PORTO ALEGRE: Roberto Gianoni (51) 3388-7712  
NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP  
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br  
www.pagina22.com.br

IMPRESSÃO Posigraf  
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

CONSELHO EDITORIAL  
Aron Belinky, Cynthia Rosenberg, José Carlos Barbieri,  
José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,  
Ricardo Guimarães, Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS



Notas **6**

Entrevista **10**

Países ricos deveriam parar de crescer e abrir "espaço ecológico" para as nações mais pobres elevarem seu bem-estar

Capitalismo **16**

Plástico, múltiplo e dinâmico, o sistema seria capaz de "rodar" uma economia sustentável, mas desde que isso seja objeto de um desejo coletivo

Radar **24**

Consumo **26**

O consumidor firma-se como novo ator social, mas com influência limitada. A urgência requer ações em larga escala

Artigo **32**

Retrato **34**

A técnica borrada do ensaio em Polaroid traduz as interrogações de um mundo incerto, a crise econômica, a vida na rua

Artigo **40**

Arte-ativismo **42**

O fenômeno que usa a arte para contestar o *status quo* ganha na tecnologia e na própria globalização importantes aliados



Coluna **47**

Análise **48**

Artigo **49**

Última **50**

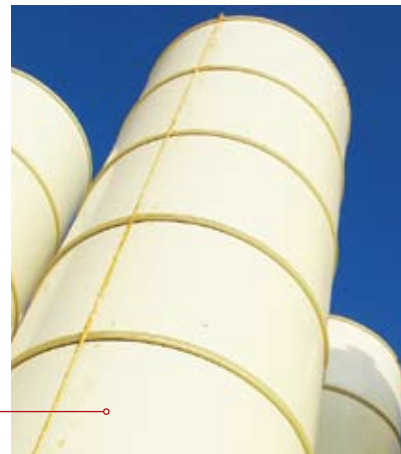
[CLIMA]

## A esperança europeia

Conforme nos aproximamos de 2012, crescem os temores de que os objetivos do Protocolo de Kyoto possam se transformar em um fiasco. Não no Velho Continente. Segundo a Agência Ambiental Europeia (EEA), o mais recente inventário de emissão de gases de efeito estufa – referente a 2007 – apresenta queda de 9,3% em relação aos níveis de 1990.

Isso significa que os países europeus signatários de Kyoto já atingiram uma marca 5% inferior ao objetivo para 2012, segundo a agência. Durante entrevista coletiva em Bruxelas, o comissário de Meio Ambiente da União Europeia, Stavros Dimas, disse estar certo de que o continente excederá seus compromissos. A meta de Kyoto é uma redução global de 8% em relação a 1990.

Apesar do entusiasmo, a Agência Ambiental Europeia não deixou de admitir que as sucessivas quedas desde 2005 se devem mais ao clima ameno dos últimos anos (que requerem menor consumo de energia para calefação) e à escalada de preços do petróleo do que a mudanças



estruturais. Prova disso é que a redução foi puxada pelas residências, particularmente na Alemanha, enquanto a produção industrial subiu 2,7% em relação a 2006.

Mas nem toda a Europa está afinada. Alguns países, como Grécia e Espanha, apresentaram aumento de emissões da ordem de 2,1% e 2,9%, respectivamente. Segundo o jornal *The New York Times*, Dimas afirmou que a União Europeia deverá obrigar os países na contramão a comprar créditos ou pagar multas, se a tendência de aumento permanecer, no máximo até 2010.

Em *press release* da EEA, a diretora-executiva, Jacqueline McGlade, afirma que os fatores decisivos para manter redução

contínua de emissões são os “investimentos verdes” nos pacotes de enfrentamento da crise econômica e um acordo consistente na próxima Conferência do Clima, em Copenhague, em dezembro. – por Carolina Derivi

[AGRONEGÓCIO]

## A gente não quer só comida

Abrir fronteiras e ocupar terras para produzir alimentos, fibra e energia leva a um natural embate entre ruralistas e ambientalistas – a mais recente discussão entre o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e representantes do setor agrícola mostra o grau de acirramento a que pode chegar tal disputa. Mas alçar o agricultor a novas e mais sofisticadas funções são caminhos para uma relação de menos conflito e mais sinergia.

Na ponta do conhecimento dessas novas funções está o TransForum, um programa holandês de inovação que acena com a perspectiva de maior sustentabilidade para o setor agrícola e áreas rurais ([www.transforum.nl](http://www.transforum.nl)). “Além de produtor de alimentos, fibra e energia, o agricultor pode ser um prestador não só de serviços ambientais – como ‘produtor de água’ ou protetor de biodiversidade –, mas também de serviços sociais”, afirma Decio Zylbersztajn, presidente do Conselho de Orientação do Centro de Conhecimento em Agronegócios (Pensa) e um integrante do TransForum.

Na Holanda, por exemplo, há cerca de 800 agricultores contratados para abrigar pacientes em convalescença. Médicos entendem que a estada no campo torna a recuperação mais rápida e mais barata. Os serviços sociais podem incluir também o abrigo de pacientes com debilidade mental leve e para recuperação de viciados em drogas.

Zylbersztajn diz que está em contato com produtores agrícolas, médicos e representantes de governo e pretende

levar a discussão para a International Pensa Conference, a ser realizada entre os dias 26 e 28 de novembro, em São Paulo, e que terá como tema a reorganização do setor agrícola diante da crise econômica. – por Amália Safatle

[POLÍTICAS PÚBLICAS I]

## Pagar para conservar

O pagamento por serviços ambientais (PSA) está em pauta. Seja no âmbito da Convenção do Clima, em que se discute a remuneração pelo mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd), seja aqui mesmo, no Brasil, onde sete projetos de lei e um substitutivo tramitam na Câmara e no Senado.

Atento à relevância desse instrumento, o Instituto Socioambiental (ISA) acaba de lançar a publicação



*Subsídios para Políticas Públicas de Compensação por Serviços Ambientais*, cujo objetivo é orientar políticas de pagamento por serviços ambientais prestados por povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas.

A inclusão dos povos da floresta é um elo fundamental para garantir que o PSA promova desenvolvimento social, e não

apenas conservação. Especialistas temem que a capitalização dos ativos naturais possa marginalizar as comunidades tradicionais, atraindo apenas grandes empresas.

Em tese, a consolidação desse mercado corre o risco de promover uma “especulação fundiária às avessas”, não mais da terra desmatada, mas da floresta em pé, o que poderia contribuir para a expulsão de comunidades de seu ambiente tradicional, se estas não forem contempladas (*leia mais na reportagem “Árvore do conhecimento”, à edição 30 de PÁGINA22*).

Para o ISA, há muitas perguntas e poucas respostas definitivas: “Foi isso que motivou o ISA a fazer a publicação: não para apresentar respostas, mas para mostrar caminhos e reflexões que ajudem a sociedade brasileira a pensar em sistemas inteligentes e adaptados à nossa realidade”. A publicação está disponível para aquisição na loja do site [www.isa.org.br](http://www.isa.org.br). (CD)

FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA22



Vamos fazer uma conversa circular, como se fosse num bar, e ver o que acontece?”, propôs Ana Carla Fonseca Reis, assim que se deparou com o roteiro de perguntas da repórter. Uma das pioneiras no campo da economia criativa no Brasil, é fácil perceber que Ana Carla não gosta de categorias, limites e caixas separadas.

Quando iniciou sua formação nos cursos de Economia e Administração Pública (USP e FGV), escolheu trabalhar na cinemateca de São Paulo, o que causava estranhamento tanto entre os colegas de trabalho quanto os de faculdade. Passou por agências de publicidade e grandes empresas, sempre buscando entender as maneiras de transformar os saberes e intenções culturais em ativos econômicos e como aproximar os mundos de artistas e empresários.

Professora de MBA em bens culturais da FGV, consultora da ONU para economia criativa, e dona da empresa de consultoria Garimpo de

Soluções, Ana Carla está convencida de que a singularidade cultural dos povos, especialmente no Brasil, é uma das chaves para o desenvolvimento sustentável.

Seu livro *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável* amealhou o cobiçado Prêmio Jabuti em 2007. “Tem os investimentos e as políticas de cultura e os de meio ambiente. Sempre separados. Não precisa ser assim”, diz Ana Carla. Para ela, uma indústria da biodiversidade teria muito a ganhar se fosse incorporado o valor pelo modo de vida e de produção das comunidades tradicionais.

Para ilustrar a ideia, ela cita o exemplo do setor de moda, maior empregador de mão de obra feminina no Brasil, em comparação com o mesmo setor na Argentina, devastado pela concorrência chinesa. “Um chinês pode perfeitamente fabricar uma camisa branca. Mas pode fazer um biquíni brasileiro?” Não há quem não duvide.



[POLÍTICAS PÚBLICAS II]

## Pacto de água

Em março último, durante o Fórum Mundial das Águas, em Istambul, Turquia, 250 representantes de governos locais e regionais de diversos países aderiram ao Water Consensus. Trata-se de um pacto que elege as questões da água – sua escassez e falta de saneamento – como prioridade de gestão pública e pressupõe a elaboração de um plano de ações para cumprimento de metas. Surpreendentemente, nenhuma cidade, estado ou região do Brasil havia assinado o acordo.

Mas, agora, o governo estadual de São Paulo acaba de anunciar a adesão ao pacto mundial, convocando municípios, associações, consórcios de municípios e comitês de bacia a fazer parte da iniciativa. “O objetivo do Conselho Mundial da Água (que realiza os fóruns mundiais) é que a água seja objeto de agenda técnica e de uma agenda política dentro dos governos”, diz Rosa Mancini, coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

A abertura para as adesões foi marcada para 2 de junho (após o fechamento desta edição), na cidade de Bocaina. A ideia é que o resultado obtido de todo o trabalho – a identificação dos problemas atuais, as metas assumidas e as ações tomadas – seja apresentado na próxima edição do Fórum Mundial, em 2012. (AS)

### EM FOCO

Deu no *blog* da jornalista Lucia Hippolito: Aécio Neves (PSDB) assumiu postura clara de candidato à Presidência da República. Mas, se isso já era esperado, Aécio surpreendeu ao elevar a questão ambiental ao topo de suas prioridades, um discurso até então inédito entre os presidentes.

Homenageado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, o governador de Minas Gerais apresentou sua proposta de governo em cinco grandes linhas. A primeira delas: “Propostas arrojadas para o meio ambiente, com adoção de energias alternativas, trato da água e um esforço pelo desenvolvimento sustentado”.

Trata-se de um primeiro sinal de que a discussão da sustentabilidade tem chances de ser alçada aos grandes temas da sucessão presidencial. A íntegra do relato de Lucia Hippolito pode ser lida em [www.blogdalucia.com.br](http://www.blogdalucia.com.br).

[PESQUISA DE OPINIÃO]

## O Brasil vai de verde

É difícil imaginar uma parcela da população brasileira que seja favorável ao desmatamento na Amazônia. Mas e se essa posição for confrontada com custos imediatos, como redução da produção agropecuária e aumento de preços? É isso que uma pesquisa encomendada pela ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira ao Datafolha procurou investigar. Os resultados são animadores.

Foram ouvidas 2.055 pessoas em todo o território nacional. Entre os entrevistados, 85% acreditam que as irregularidades ambientais no campo deveriam ser cobradas dos infratores, “mesmo que isso possa gerar aumento no preço dos produtos agrícolas”. Apenas 11% responderam que as infrações deveriam ser anistiadas, “mesmo que os custos disso tenham de ser bancados com o dinheiro do contribuinte”.

Sobre a conversão de florestas, 94%

responderam que é mais interessante para o País parar o desmatamento, contra 3% que acreditam que é melhor desmatar mais para aumentar a produção agrícola. E 91% acreditam que as leis ambientais deveriam ser mais rigorosas.

Em face das eleições de 2010, a pesquisa também ouviu a população sobre critério ambiental na intenção de voto: 93% dos entrevistados responderam que votariam em candidatos que dificultassem o desmatamento.

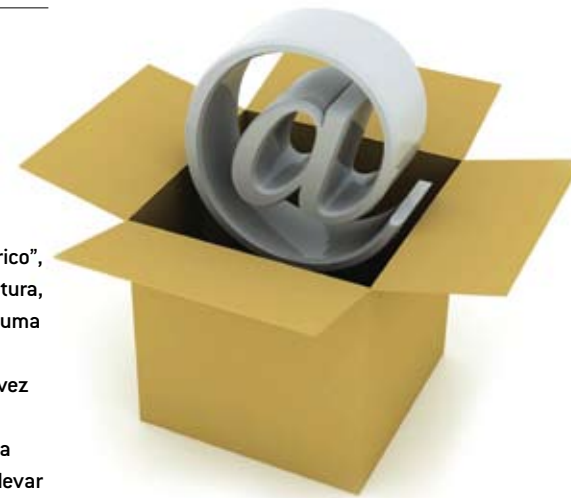
A pesquisa *A Visão da População Brasileira sobre Desmatamento, Código Florestal e Intenção de Voto* está disponível no site [www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br). A margem de erro é de 2%. (CD)



[REFAZENDA]

## Gil defende a economia criativa

“emergência do planeta multicêntrico”, nas palavras do ex-ministro da Cultura, cantor e compositor Gilberto Gil, exige uma redefinição na forma de produção de riquezas. Gil acredita que é a hora e a vez da economia criativa (conjunto de atividades que têm na criatividade e na cultura sua matéria-prima), capaz de levar em conta a diversidade cultural, “motor das nossas maiores expectativas”. Para ele, a força da diversidade dos povos desafia o modelo econômico vigente e a ideia de Estado. E a chave para essa alteração vai passar pela tecnologia. Entusiasta da internet, o ex-ministro afirmou, durante o seminário Identidade e Diversidade Cultural, promovido pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), em São Paulo, que “as novas energias criativas”, atividades dessa outra indústria, “vão mudar a pauta econômica”. (ACD)



[ERRATAS] Em correção ao descrito à página 44 da reportagem “Tecnologia de gente”, publicada na edição 30, o Instituto Arapyá é uma organização sem fins lucrativos que trabalha com educação e desenvolvimento sustentável, e foi fundado pelo empresário Guilherme Leal. Na mesma página, a construção do porto citado ainda está em estudo, e a Rodovia BA-001 já existe. ■ É Johan, e não John, o primeiro nome de Eliasch, autor do relatório citado à página 24 da reportagem “Árvore do conhecimento”, publicada na edição 30.

### ENTREVISTA O VERDE VALORIZOU O MURO

Uma experiência surgida em Lyon, na França, chega ao Brasil este ano com promessa de fornecer isolamento acústico e térmico, absorção de gases poluentes no entorno em até 50% e melhora na qualidade de vida nas grandes cidades. A tecnologia do muro vegetal foi desenvolvida pelo ambientalista e empresário francês Pascal Peleszek e aplicada em diversos países europeus, em lojas, espaços públicos e edifícios. Peleszek foi convidado pelo secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, Eduardo Jorge, para implantar um muro despoluente em um corredor de alta passagem da capital paulista, possivelmente a avenida Radial Leste. O primeiro contrato para um muro vegetal brasileiro, no entanto, foi firmado em Belo Horizonte, encomenda de um centro cultural privado.

O maior segredo que Peleszek ainda esconde é a água. O muro é instalado em módulos na fachada de prédios, áreas internas ou em corredores urbanos e sua vegetação deve ser podada uma vez ao ano, mas não requer um sistema de irrigação. O que ele revela é que as raízes das plantas cuidam do trabalho sujo: absorver os gases poluentes e oferecer um ambiente mais saudável. Veja a seguir trechos da entrevista concedida pelo ambientalista em São Paulo.

**Um muro vegetal substitui árvores?** Acho que eles se complementam. Mas o muro tem qualidades que uma árvore não tem. Ele proporciona isolamento acústico e térmico, além de ser despoluente. Protege tanto o imóvel em que está instalado quanto melhora a qualidade do ar da rua.

**O senhor diz que também pode haver economia de energia.** Graças à proteção térmica, vamos consumir bem menos energia no interior do edifício (com ar condicionado). Aqui no Brasil vocês consomem 500 kilowatts por metro quadrado ao ano. Com o muro e outras iniciativas do poder público, como praças e plantio de árvores, pode-se chegar a 80 kilowatts por metro quadrado. A ideia é fazer corredores de muros vegetais, avenidas cobertas de verde.

**Como foi desenvolvida a tecnologia?** Eu desenvolvi o conceito do muro vegetal, mas o produto é uma mistura de muitas ideias. Nos anos 70 e 80, um cientista americano começou a trabalhar a despoluição por meio das plantas, porque queria melhorar a qualidade do ar nos submarinos. Ele estudou as espécies que “restauram” o ar, as que mais contribuíam para a sua despoluição. Minha tecnologia consiste em despoluir pela raiz das plantas, pela terra. Existe, portanto, uma dupla despoluição com o muro: a da terra e a da planta. A planta fixa o CO2 e a

raiz tem bactérias que capturam o ar poluído. As bactérias morrem e as raízes vão absorver o resíduo da poluição. Existem vários tipos de poluição e também cerca de mil bactérias diferentes para se estudar.

**Qual o custo de implantação e manutenção dos muros vegetais?** Eu faço um produto durável, quero criar muitos empregos e vou estabelecer um preço de acordo com a mão de obra brasileira. Não é a exportação de um modelo de fora. Eu trabalho com as plantas locais. Um paisagista é chamado para fazer a adequação do projeto em cada lugar. Existem vários tipos de muros, de 800 euros o metro quadrado, caso em que o muro vegetal é quase uma obra de arte, até outros mais baratos. A manutenção é feita uma vez por ano, quando um jardineiro poda as plantas.

**E quanto à irrigação?** A água é a minha tecnologia, o segredo do muro vegetal.

**Os seus projetos estão todos aplicados na Europa. Agora é a vez da América Latina?** Sim. O primeiro muro deverá ser implantado em Belo Horizonte, em um espaço cultural privado. A ideia é criar uma filial aqui no Brasil em parceria com um sócio local e desenvolver projetos em outras cidades, como São Paulo.

**O senhor já caminhou por São Paulo, observou o ambiente urbano para saber que tipo de muro vegetal seria adequado?** Faltam 5 metros quadrados de verde por habitante em São Paulo. Eu quero esfriar e purificar a cidade por meio de corredores, grandes eixos de muros, fachadas e telhados. (por Ana Cristina D’Angelo)



## Design, e não desastre



**É** possível criar uma nova economia dentro do sistema capitalista-democrático para que as sociedades humanas vivam de acordo com os limites biofísicos, afirma o economista ecológico australiano Philip Lawn, professor da Flinders University, em Adelaide. Trata-se de uma economia em *steady-state* que não só limita a quantidade de recursos que consome e a de resíduos que libera no meio ambiente, mas busca melhorar em qualidade ao longo do tempo. Ou seja, produzir melhor em vez de produzir mais. Na opinião de Lawn, é preciso adotar esquemas de *cap-and-trade* para todos os recursos e resíduos, além de reformular o capitalismo para que beneficie a sociedade e os indivíduos. Os países ricos, onde o crescimento já é "deseconômico", deveriam parar de crescer imediatamente e permitir às nações mais pobres que tenham o "espaço ecológico" para elevar seu bem-estar. Crescer continuamente é ecologicamente insustentável e torna inevitável a transição para a economia em *steady-state*, garante Lawn. Melhor pôr mãos e mentes à obra e começar a desenhar.

**Parece haver consenso ao redor do mundo quanto à necessidade de “estimular” a economia, criar empregos e infraestrutura “verdes”. Se o objetivo é voltar a crescer, quão “verde” é esse New Deal?** Primeiro, a ideia de criar empregos e investir em infraestrutura verdes é boa. Ao mesmo tempo, se vem embutida em uma política baseada no crescimento, isso não é bom. A transição para empregos e infraestrutura verdes, por si só, não permite que as economias continuem a crescer de uma forma que não danifique o meio ambiente. A principal razão é o chamado efeito de Jevons. Para um determinado nível de atividade econômica, se você cria empregos e infraestrutura verdes, o impacto ambiental diminui. Entretanto, se o volume total de atividade econômica aumenta – e é provável que aconteça se o tal New Deal se baseia na noção de economias em crescimento –, então há a possibilidade de que o efeito de escala supere os benefícios em eficiência decorrentes da transição para empregos e infraestrutura verdes. Neste caso, o impacto ambiental geral é maior. A única maneira em que mais eficiência reduz o impacto ambiental total é se o aumento percentual em eficiência for maior do que o aumento percentual no volume total de atividade econômica. A infraestrutura tem que ser substituída, temos que assegurar que ela e os novos empregos sejam verdes, mas temos que fazer isso no contexto de uma transição para uma economia em *steady-state* (*SSE na sigla em inglês*), que não cresce fisicamente, mas melhora em qualidade ao longo do tempo.

**Como os países ricos deveriam agir diante da recessão?** Uma vez que a transição para a SSE levará tempo, os governos precisam, enquanto isso, fazer o possível para reduzir o sofrimento, focando em equidade distributiva. Defendo o mecanismo Garantia de Emprego, simplesmente porque o desemprego é indefensável moralmente. É desenhado para garantir que qualquer pessoa desempregada seja empregada pelo governo e receba um salário mínimo suficiente para viver; garante pleno emprego mesmo durante uma recessão. Nas circunstâncias atuais, torna-se mais importante, porque é uma forma lógica de racionalizar trabalho no momento em que o PIB está caindo. Na Austrália, o governo gastou 42 bilhões de dólares australianos (A\$) em dois pacotes de estímulo, mas o desemprego continua a subir. O Centre of Full Employment and Equity da Universidade de Newcastle estimou que o mecanismo traria pleno emprego ao custo de A\$ 9 bilhões.

**Como funciona uma economia em *steady-state*?** É basicamente uma economia que não cresce, mas não quer dizer que estagna ou definha. Nela, bens e serviços são consumidos, o capital se desgasta e precisa ser substituído. Apenas o estoque de riqueza na economia não cresce fisicamente. A SSE busca a melhora qualitativa desse estoque ao longo do tempo – a mesma quan-

tidade de riqueza, mas de mais qualidade. E, se o estoque de riqueza melhora, melhora nosso bem-estar. Aumentar o estoque de riqueza – que é o que tentamos fazer com políticas baseadas no crescimento – não eleva o bem-estar, porque os benefícios adicionais que se extraem desse processo têm rendimentos decrescentes. E há custos crescentes, pois, ao aumentar o estoque de riqueza, você começa a consumir o meio ambiente, porque precisa de mais recursos. Há também pressões crescentes, mais crime, tensões familiares, porque a sociedade se esforça para produzir mais em vez de melhor. Para produzir mais, temos de trabalhar mais. Produzir melhor significa ter gente pensando sobre como fazer isso. É errado sugerir que há uma escolha entre a economia do crescimento e a SSE. Porque crescimento contínuo é insustentável ecologicamente, a SSE é inevitável – queiramos ou não, ela virá. A escolha que temos é fazer uma transição suave, desejável, para a SSE agora, ou esperar que a natureza a imponha sobre nós. Ou seja, a escolha é adotar a SSE por desenho ou por desastre. Temos que fazer por desenho e agir urgentemente para evitar o desastre.

**Todos devem adotar a SSE ou alguns países ainda se beneficiam do crescimento?** Na minha opinião, os países ricos precisam se mover em direção à SSE já. As nações pobres ainda precisam de um pouco mais de crescimento, mas tem que ser o mais limpo, eficiente e equitativo possível, de forma que extraiam o máximo desse crescimento que ainda podem ter antes que, elas também, tenham de caminhar para a SSE. Um dos problemas que os países pobres enfrentam é que o crescimento não produz os benefícios que gerou quando as nações ricas estavam no mesmo estágio. Isso porque o mundo agora tem muito mais gente, muito mais bens e serviços, e porque as nações ricas usaram os melhores recursos, aqueles facilmente acessáveis. Significa que o crescimento para as nações pobres agora é muito custoso se comparado a quando os países ricos se desenvolveram. Os EUA, quando se desenvolveram, tinham petróleo de alta qualidade no Texas, enquanto para países como a China boa parte do petróleo vem do Oriente Médio. A distância e a baixa qualidade do óleo significam que o custo de crescer é muito maior e que os chineses não obtêm o mesmo aumento de bem-estar com o mesmo nível de crescimento no mesmo estágio de desenvolvimento que os EUA obtiveram.

**Do ponto de vista global, é possível limitar o crescimento sem limitar a população?** A resposta curta é não. Podemos limitar o crescimento do PIB, adotar a SSE e aumentar a população por algum tempo ainda, mas isso significa reduzir o bem-estar *per capita*, e isso não é desejável. Não me oponho à ideia de mais pessoas, mas, se não fizermos nada em relação ao crescimento da população, podemos ter mais pessoas vivendo agora – e

uma grande proporção delas miseravelmente – e poucas pessoas vivendo no futuro, caso danifiquemos a base biofísica de toda a vida. Se fizermos algo para conter o crescimento da população, teremos menos pessoas vivendo agora – e uma proporção menor delas na miséria – e, desde que adotemos a SSE e preservemos a base biofísica da vida, muitas gerações por vir. Portanto, ao controlar o crescimento da população agora, vamos maximizar o número total de pessoas que vão viver. Se não, haverá menos pessoas experimentando a alegria de viver.

**Como se daria a transição para a SSE? Que tipo de política é necessário? Bastam políticas macroeconômicas?** As políticas macroeconômicas são importantes, porque frequentemente envolvem gastos do governo, e isso afeta o nível da demanda por recursos e a quantidade de bens produzidos. Ou seja, afeta a escala da economia e o fato de a economia crescer ou não. Haveria ajustes nas políticas macroeconômicas, mas não acho que elas sejam tão importantes quanto outras políticas. A mais importante, na minha opinião, é a autoimposição, pelo país como um todo, de restrições quantitativas na taxa de *throughput* dos recursos, ou seja, a quantidade de recursos que entra na economia e a quantidade de materiais que volta para o meio ambiente. É preciso se certificar de que a taxa de *throughput* é ecologicamente sustentável e para isso há três regras básicas. A primeira é que a taxa de uso dos recursos renováveis não deve exceder a taxa em que eles se regeneram. Segundo, é preciso assegurar que a exploração dos recursos não renováveis não supere a taxa em que podem ser substituídos por recursos renováveis. Terceiro, temos de garantir que a taxa com que geramos resíduos não exceda a capacidade do meio ambiente de assimilá-los. Este ponto é muito importante – nos anos 70, quando o Clube de Roma lançou o relatório *Limites do Crescimento*, a ênfase estava nos recursos que entram na economia. Isso ainda é importante, mas os problemas ambientais que enfrentamos hoje, como a destruição da camada de ozônio e o aquecimento global, surgiram porque a taxa de geração de resíduos excede a capacidade do meio ambiente de assimilá-los. O lado dos resíduos da equação da sustentabilidade é tão importante quanto o dos recursos.

**Como impor limites e adotar a SSE no sistema capitalista-democrático que existe em boa parte do mundo?** A melhor maneira, na minha opinião, é impor esquemas de *cap-and-trade*. O *cap* determina o limite, o *trade* permite que as pessoas negociem o acesso aos recursos e aos sistemas que assimilam resíduos.

**O senhor propõe *cap-and-trade* para todos os recursos e sistemas de absorção de resíduos?** Sim, desta maneira é possível limitar as taxas de consumo de recursos e de geração de resíduos, sempre observando as três regras. A chave em relação aos es-

quemias de *cap-and-trade* é que o preço dos recursos refletiria sua escassez não em relação a outros recursos – quão escasso é o petróleo em relação ao carvão –, mas quão escassos são todos os recursos. Os recursos se tornariam mais caros, mas isso incentivaria as empresas a buscar formas de economizá-los ou de reduzir a poluição. Também incentivaria o desenvolvimento de infraestrutura verde e, por consequência, haveria mais empregos verdes. Apenas a transição para a SSE não é suficiente, é preciso garantir que ela melhore qualitativamente, ou seja, que a qualidade daquele determinado estoque de riqueza melhore ao longo do tempo. O *cap* garantiria que se trata de uma SSE, enquanto o *trade* daria incentivo para o tipo de tecnologia que eleva o nível de eficiência e facilita o aumento da qualidade da riqueza. O resultado é uma economia que não apenas não cresce, mas em que a qualidade aumenta, o que significa que todos se beneficiariam, pois não teríamos de trabalhar tanto e disporíamos de mais tempo para o lazer.

**É difícil é estabelecer um sistema de *cap-and-trade* apenas para o CO<sub>2</sub>. Quão realista é a ideia de esquemas para todos os recursos?** A Europa tem um sistema de *cap-and-trade*, mas não há exemplos de países que o tenham aplicado para todos os recursos e resíduos. Por algumas razões. Primeiro, os políticos estão obcecados com o crescimento, e o público em geral pensa que a economia precisa crescer. Em uma sociedade democrática, se este é o pensamento do eleitorado, mesmo se houvesse um candidato que defendia a SSE, as pessoas não votariam nele. Se seu interesse é ser eleito, você defende as políticas que as pessoas querem, e elas querem crescimento, então as políticas são baseadas no crescimento. Outro fator importante é a globalização. Eu vejo a globalização como o desaparecimento das fronteiras nacionais por meio do livre comércio e da mobilidade do capital. Por exemplo, a Austrália poderia ter padrões ambientais mais duros

“ Mesmo que os eleitores queiram, os governos teriam dificuldade em abandonar o crescimento devido à globalização ”

do que tem, mas em um ambiente em que o capital se move facilmente, há a possibilidade de que empresas transnacionais que operam no país se mudem para outro lugar e o desemprego aumente. A pressão sobre os governos para que não introduzam padrões ambientais é enorme. É o que acontece com o sistema de *cap-and-trade* australiano, cujo início foi adiado (*para 2011*) – um dos principais argumentos do setor privado é que vamos exportar empregos. Muitos pensam que a realocação da produção para países pobres com padrões baixos é boa para estes países, pois tira muita gente da pobreza. A maioria das pessoas a que se referem deixou de ganhar menos de US\$ 1 por dia para ganhar US\$ 2. Embora US\$ 2 seja melhor que US\$ 1, o aumento ocorreu à custa de degradação ambiental, deslocamento social e mais horas de trabalho – perdas de bem-estar que não aparecem no discurso dos defensores da globalização. Eles dizem que não há outra forma para as nações pobres

progredirem. Isso é bobagem e reflete a mentalidade de “você está conosco ou contra nós”. A renda das pessoas nas nações pobres poderia ter sido elevada sem os efeitos degenerativos da globalização. Não sou contra o comércio internacional – onde ele é eficiente e pode genuinamente aumentar o bem-estar das pessoas, sou totalmente a favor. Mas o nível de comércio que temos não apenas encoraja o movimento de capital para produzir em lugares onde os padrões ambientais são baixos – o que leva a desmatamento, degradação e poluição –, mas pressiona os governos a não adotar as medidas necessárias para a transição à SSE.

**O problema é a mobilidade do capital.** Exatamente, significa que o comércio é governado pelo princípio da vantagem absoluta. Um governo bem-intencionado terá dificuldades de fazer a transição para a SSE, mesmo que o eleitorado queira, principalmente por causa das forças da globalização.

**Seria preciso mudar o sistema todo, o que atualmente parece quase impossível.** Vai ser difícil. Acho que os seres humanos se tornaram viciados em crescimento. As pessoas dizem: “Você defende a transição para a SSE, mas estamos em uma recessão global, não estamos crescendo, e o resultado é enorme sofrimento. O que está dizendo é que quer que todo mundo sofra...”

**...qual a sua resposta?** As economias do mundo estão equipadas para crescer, é como um carro movido a diesel, se você puser gasolina, não funciona. As economias são desenhadas para crescer, se não crescem há sofrimento. Mas isso não significa que as economias devam crescer. Para muitos países ricos, o Indicador de Progresso Genuíno (*mais sobre o IPG na página ao lado*) está estagnado ou caindo, apesar de que as economias crescem – há sofrimento associado ao crescimento tanto quanto à falta dele. Em uma recessão, o sofrimento é maior do que quando a economia cresce, mas isso não significa que crescimento seja bom. Uma SSE é desenhada para não crescer, como um carro movido a petróleo, não a diesel. Quando há *cap-and-trade*, incentivos e sinais corretos de mercado, caminha-se para a infraestrutura verde, melhora da qualidade em vez de aumento da quantidade. É uma economia totalmente diferente, redesenhada, não há sofrimento decorrente da falta de crescimento, porque a economia está melhorando ao longo do tempo. (*O economista americano*) Herman Daly faz uma ótima distinção: a economia de crescimento é como o avião, não pode voar a menos que esteja se movendo para a frente. Quando há recessão e o avião para, ele cai. A SSE é como um helicóptero, não precisa se mover para voar. Não se pode compará-lo a um helicóptero, porque o helicóptero ainda pode voar, é desenhado para voar sem se mover para a frente. O problema é que temos que, de alguma forma, converter a economia de avião para helicóptero em pleno voo.

“É preciso buscar um capitalismo que reconheça a importância da sociedade e dos indivíduos, não só da economia”

**Implica mudar o sistema capitalista?** O capitalismo não é o problema. As economias socialistas têm os mesmos problemas. A forma de capitalismo que temos no mundo hoje não é apropriada, temos que buscar uma forma diferente, que reconheça a importância da sociedade e dos indivíduos, não somente da economia. Muita gente diz que o capitalismo colapsa se não há crescimento porque não há lucro suficiente sendo gerado dentro da economia. Leciono em uma escola de negócios e

costumo perguntar a meus alunos o que uma empresa pode fazer para aumentar os lucros. Eles respondem com muitas ideias que cabem basicamente em três categorias. Uma é que se pode produzir mais e vender mais – um exemplo de crescimento. Outra é produzir bens de mais qualidade, que em geral recebem preços mais altos – um exemplo de desenvolvimento. A terceira é que se pode produzir mais eficientemente de forma a cortar os custos de produção – exemplo de desenvolvimento. Em uma SSE haveria limites quantitativos, o que quer dizer que seria difícil para as empresas elevar a produção, mas há duas outras formas de aumentar os lucros: qualidade e eficiência. Não acredito que a SSE secaria os lucros e, por isso, haveria incentivo para investir. Com os limites de uma SSE, a geração de lucros estaria limitada à produção de bens de mais qualidade e mais eficientes, o que reduziria os impactos ambientais e todo o lucro refletiria coisas que nos fazem melhorar. No sistema atual, o lucro provém de produzir mais bens, o que melhora a nossa situação apenas parcialmente. Nosso bem-estar aumenta, mas a taxas decrescentes, e para produzir mais é preciso mais recursos, o que aumenta o custo ambiental, e é preciso trabalhar. Não acredito que a SSE seja uma ameaça ao capitalismo, mas o atual sistema capitalista não nos beneficia muito, temos de redesenhar o capitalismo que temos.

**Que tipo de pacto social e político seria necessário para fazer isso e permitir uma SSE?** Temos que reconhecer que, para que nosso bem-estar seja sustentável a longo prazo, precisamos primeiro garantir que o que quer que façamos seja sustentável ecologicamente. Outra coisa importante é assegurar que a distribuição de renda e riqueza seja justa e equitativa. Uma vez que estes dois aspectos estejam cobertos, então podemos deixar que os mercados aloquem recursos eficientemente para que possamos usá-los para melhorar a qualidade do estoque de riqueza. Os mercados são um mecanismo muito útil em termos de alocação eficiente de recursos. O fato de que muita não gosta dos mercados não é culpa dos mercados em si, mas dos tomadores de decisão que permitiram que os mercados se intrometessem nestas duas dimensões – a quantidade de recursos, que deveria ser determinada por critérios ecológicos e não econômicos, e quem recebe o quê. Em última instância, precisamos de um sistema de transferência capaz de eliminar qualquer tipo de

desequilíbrio, o que não significa que todos terão o mesmo em termos de riqueza, mas que a distância entre ricos e pobres não é tão grande e que as pessoas na base da sociedade têm pelo menos uma existência decente.

**Nos países pobres, desenvolvimento às vezes é descrito como alcançar o padrão de vida de americanos ou australianos. Com a SSE, mudaria-se a noção de desenvolvimento?** Eu digo que sim. Sem dúvida mudaria nos EUA e na Austrália, que não podem continuar a consumir a quantidade de recursos que consomem. Mas isso não deveria preocupar as pessoas na Austrália, nos EUA, no Brasil ou na China. Eis porque: quando as pessoas falam em crescimento econômico, referem-se ao crescimento do PIB – quando o PIB aumenta, temos crescimento econômico. Não vejo dessa maneira. O crescimento do PIB pode ser tanto econômico como “deseconômico”, e só equivale a crescimento econômico quando aumenta os benefícios mais dos que os custos. O que se vê em vários países ricos é que o PIB *per capita* atinge um determinado nível em que mais crescimento do PIB causa um aumento dos custos maior do que dos benefícios. É um caso de crescimento deseconômico – o crescimento do PIB nas nações mais ricas do mundo leva o IPG a estagnar ou cair. O IPG indica se o crescimento do PIB é econômico ou deseconômico. Ele é composto de cerca de 20 itens, cerca de 10 são custos e outros 10, benefícios. Se o IPG sobe, os benefícios agregados devem estar aumentando mais do que os custos agregados. Quando o IPG começa a cair, significa que os custos passaram a subir mais que os benefícios. Os estudos iniciais feitos nas nações ricas mostraram que, quando o PIB *per capita* atinge de US\$ 15 mil a US\$ 20 mil, o IPG começa a cair e mais crescimento do PIB não faz com que volte a subir. Eu coeditei um livro que estudou o IPG na região da Ásia-Pacífico, com países ricos – Austrália, Nova Zelândia e Japão – e pobres – China, Índia, Tailândia e Vietnã. Descobrimos que o IPG, em termos *per capita*, já está caindo na China e na Tailândia, apesar de o PIB *per capita* estar longe dos US\$ 20 mil.

**O que explica isso?** Quando os países de alta renda se desenvolveram, foram capazes de acessar recursos facilmente, emitir CO<sub>2</sub> na atmosfera. Agora é muito custoso para China, Índia, Tailândia e Vietnã, então o mesmo nível de PIB *per capita* envolve custos *per capita* muito mais altos. Eles atingiram o ponto em que os custos suplantam os benefícios em um nível muito mais baixo do PIB: no caso da Tailândia, o IPG *per capita* começou a cair quando o PIB *per capita* alcançou US\$ 7,5 mil; na China, US\$ 5 mil. Isso sugere que os países mais pobres jamais vão alcançar o nível de bem-estar sustentável dos países mais ricos do mundo. O IPG *per capita* deles ainda pode subir, mas será preciso uma fase de crescimento limpo, eficiente e equitativo e

que as nações mais ricas parem de crescer e adotem a SSE. O IPG nas nações mais ricas não aumenta mais com o crescimento, e só deve subir no futuro se elas adotarem a SSE – seria benéfico para as nações ricas, mas tem de ser feito de forma a beneficiar as nações pobres, a dar a elas o espaço ecológico que precisam para poder aproveitar um aumento do bem-estar. A menos que se permita que tenham este espaço, o IPG, e portanto o bem-estar sustentável das pessoas nestes países, não vai aumentar.

**Os países ricos parecem convencidos de que perdem ao dar espaço ecológico aos países pobres.** Algumas pessoas se beneficiam à custa dos outros, mas o IPG *per capita* na Austrália, por exemplo, está em queda, o que sugere que já estamos pior por tentar fazer com que a economia cresça. As pessoas sabem que há algo errado, porque têm menos tempo para suas crianças, a vida é estressante, elas trabalham mais. Mas continuam ouvindo que tudo está bem, porque o PIB está crescendo. Quando eu ensino o IPG para meus alunos, é como se uma lâmpada acendesse na cabeça deles. Eles dizem: “Isso explica por que a vida parece piorar, quando deveria estar melhorando”. Não é que o crescimento vai tornar a vida pior no futuro, ele já está fazendo isso.

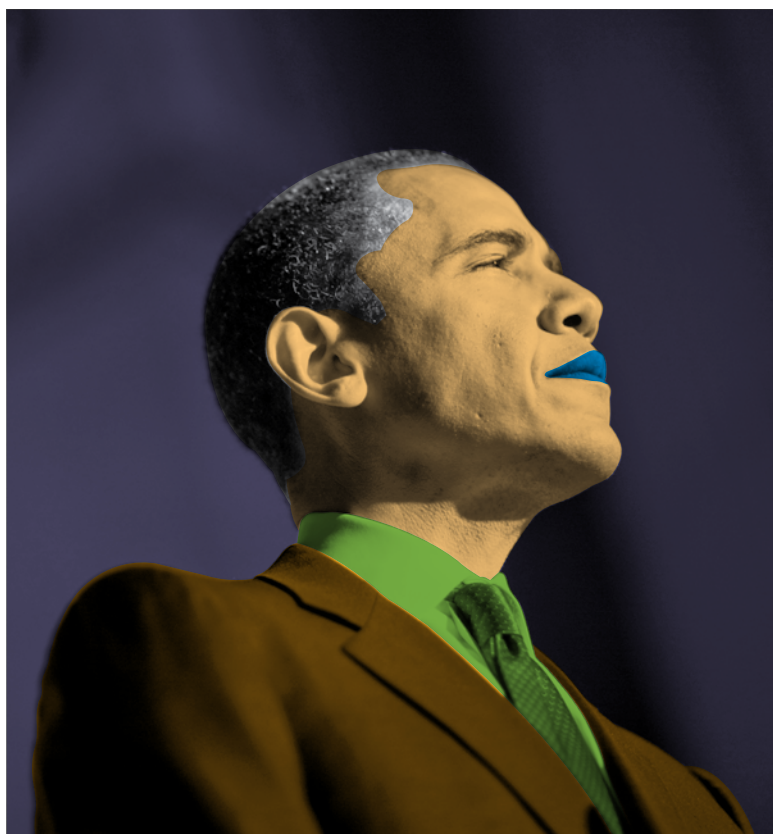
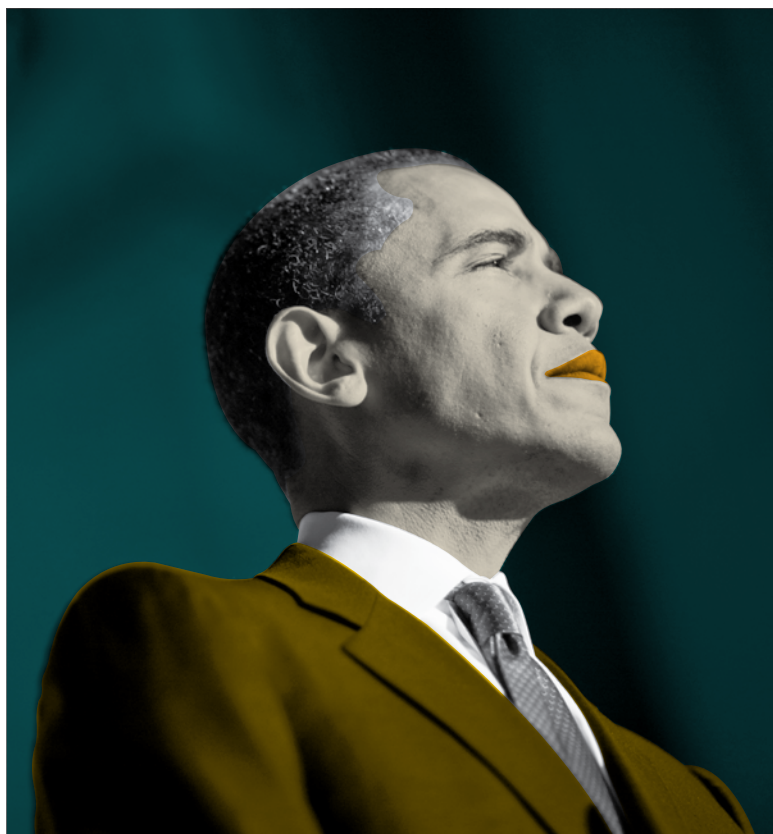
**Como é ser economista ecológico no mundo dominado pelo dogma do crescimento? Como tornar a economia ecológica mais influente?** É uma experiência solitária. Ler e ouvir referências constantes aos benefícios do crescimento do PIB, e ao mesmo tempo ver pouca cobertura da mídia de visões alternativas como a SSE, é um lembrete constante de quão dominante é a ortodoxia econômica. O fato de que a voz dos economistas ecológicos mal é ouvida diz mais sobre quão poucos somos do que sobre nossa falta de participação no debate público. Por isso, a influência da economia ecológica vai continuar limitada por algum tempo. Mas eventualmente teremos um lugar ao sol. Acredito que acabaram-se

os dias de recursos baratos e as tentativas para continuar crescendo resultarão em inflação de custo. Um dos gatilhos da atual recessão foi o impacto inflacionário dos altos preços do petróleo e das *commodities*, que caíram recentemente por causa da demanda reduzida. Tenho certeza que vão escalar quando a economia global voltar a crescer fortemente e isso vai levar à inflação e a mais uma recessão. Ao contrário da inflação de demanda, a inflação de custo não pode ser combatida com taxas de juro mais altas. O crescimento econômico vai

ser como passar um camelo pelo buraco da agulha e o público vai exigir soluções. Quando este ponto chegar, a economia ecológica vai suplantam o senso econômico comum. Até lá, os economistas ecológicos podem informar o máximo de pessoas possível sobre o quão indesejável é a continuidade do crescimento do PIB e refinar suas recomendações para que, quando forem chamados, tenham as melhores soluções à mão. **zz**

“Hoje é muito custoso se desenvolver. Há indicações de que os países pobres jamais alcançarão o bem-estar dos mais ricos”





# As **VOLTAS** que o mundo dá

Plástico, múltiplo e dinâmico, o sistema capitalista comportaria uma nova lógica de consumo e produção **capaz de promover prosperidade nos limites que o ambiente impõe**. Essa mudança, entretanto, precisa antes ser objeto de um desejo coletivo

POR Amália Safatle

Das expressões que mais ouvia dos analistas financeiros, quando comecei a carreira jornalística cobrindo o mercado de capitais, estava a tal “taxa de crescimento em perpetuidade”. Combinada com a taxa de desconto, a Selic, constitui a fórmula básica para a chamada *valuation*, ou avaliação do valor das ações das companhias. A meus botões perguntava que raio era essa tal de perpetuidade, e achava engraçado um conceito tão vago, de uma dimensão que soava até mesmo espiritual, guiar cálculos tão presumidamente objetivos. Ainda que fosse uma expressão para não ser tomada ao pé da letra, pensava “como assim, perpetuidade?”, se a empresa em questão podia fechar as portas dali a poucos anos, ou o crescimento do lucro esbarrar em problemas como falta de matéria-prima, limitada pelos estoques finitos de recursos

naturais. Sustentabilidade para mim era uma noção meramente intuitiva e eu ainda não ousava formular esse tipo de questão nas entrevistas.

Hoje, mais que nunca, tal questionamento é proposto de forma clara e contundente, em especial pelos **economistas ecológicos**.

A discussão torna-se ainda mais interessante, para não dizer fundamental, quando a eclosão de uma crise financeira e econômica coincide com a maior percepção de que algo vai mal, muito mal, no âmbito da natureza. Quando o prêmio Nobel de Economia Paul Krugman, para citar exemplo de um economista influente e formador de opinião, começa a dizer de forma mais enfática que não adianta muito salvar a economia se não houver condições ambientais que a suportem, começa a se abrir a trilha que leva à revisão da forma como o sistema

A Economia Ecológica contrapõe-se à Neoclássica, ao considerar o sistema econômico parte integrante de um sistema natural e, portanto, limitado pela capacidade de reposição de estoques e de processamento dos rejeitos da produção. Sua teoria foi desenvolvida nos anos 1970, notadamente por Nicholas Georgescu-Roegen

econômico vigente opera.

“Toda sociedade se agarra a mito para viver. O nosso é o mito do crescimento econômico.” Assim Tim Jackson, líder do grupo econômico da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, inicia o prefácio do relatório *Prosperidade sem Crescimento? – A transição para uma economia sustentável*. [1]

**TOME NOTA**

1 [Acesse o relatório em www.sd-commission.org.uk/pages/redefining-prosperity.html](http://www.sd-commission.org.uk/pages/redefining-prosperity.html). A Comissão é uma entidade independente que aconselha o governo do Reino Unido sobre questões do desenvolvimento sustentável. Mais em Análise à edição 30 de PÁGINA 22

Esse mito, entretanto, nos traiu, diz Jackson. Embora a economia global hoje seja cinco vezes maior que há cinco décadas – período em que o crescimento se tornou o principal objeto de políticas ao redor do mundo –, deixou na mão tanto os 2 bilhões de pessoas que ainda vivem com menos de US\$ 2 por dia como o frágil ecossistema do qual as

## ENQUANTO O MARXISMO SE DESFERIU SOBRE O EIXO CENTRAL DO CAPITALISMO, A SUSTENTABILIDADE O REMOLDARIA PELAS BORDAS

pessoas dependem para sobreviver. E ainda falhou em prover estabilidade e segurança econômica.

Se o crescimento for uma condição intrínseca do capitalismo, a discussão sobre a sustentabilidade seria capaz de colocar esse sistema econômico novamente sob análise, mais de um século depois da crítica marxista. Alguns especialistas ouvidos nesta reportagem acreditam que não com a mesma profundidade do marxismo, desferido sobre o eixo fundamental da lógica capitalista, e que abriu caminho para a proposta política socialista. Mas, sim, na capacidade de remodelar o capitalismo, provavelmente alçando-o a um estágio evolutivo no qual se reduzem imperfeições como injustiça social, exploração do homem pelo homem e uso

predatório de recursos naturais.

O risco de inocular a sustentabilidade no capitalismo é que, em vez de usar o sistema para “rodar” uma economia mais sustentável, este se aproprie da ideia, reempacote-a de acordo com os interesses dominantes e a use não para transformar, mas para manter o *business as usual*, sem mudanças fundamentais em paradigmas de consumo e produção. A reportagem à página 26, por exemplo, expõe a dificuldade de desfazer o nó do consumo diante do desafio da sustentabilidade.

Maria Rita Loureiro Durand, chefe do departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV), não acredita que a sustentabilidade vá romper a lógica do ca-

pitalismo, que põe o homem a serviço da produção, em vez de a produção a serviço do homem – o que a torna essencialmente perversa –, mas é capaz de “suavizar a selvageria”. Segundo ela, a única crítica de peso feita ao capitalismo após o marxismo surgiu pela via ambiental, tendo como alvo o consumismo exacerbado e o padrão produtivo predatório. “Mas é uma crítica que atua nas bordas, e não no eixo do sistema, e o risco de ser apropriada é muito alto”, diz a professora.

É de questionar também se as mazelas do capitalismo devem-se ao sistema em si ou à forma como é aplicado pelo ser humano, com todas as suas fraquezas morais. Em artigo publicado em março último no *The New York Review of Books*, Amartya Sen, prêmio Nobel de





## PARA AMARTYA SEN, A CRISE ECONÔMICA PEDE O RESGATE DE ANTIGAS IDEIAS COMO AS DE ADAM SMITH E PIGOU

Economia em 1998, defende que a atual crise econômica não pede um “novo capitalismo” e, sim, o resgate e a nova compreensão de antigas ideias como as de Adam Smith e Arthur Cecil Pigou, economistas dos séculos XVIII e XX.

Em *Teoria dos Sentimentos Morais*, obra publicada em 1759, Smith afirma que a prudência é a mais útil virtude individual, enquanto humanidade, justiça, generosidade e espírito público são as maiores qualidades no trato com os outros. Ele via os mercados e o capital funcionando bem dentro de sua própria esfera, mas, antes disso, seriam necessários ao sistema o apoio de outras instituições, como serviços públicos e escolas, o cultivo de valores além da busca do lucro, e mecanismos de regulação

financeira e de assistência aos pobres que os prevenissem contra instabilidade, iniquidade e injustiças. E quanto a Pigou, segundo Sen, foi pioneiro ao dimensionar a desigualdade como principal indicador para a política econômica.

O componente moral, que leva o indivíduo a considerar e respeitar o outro – seja a pessoa ao lado ou tudo o que compõe o ambiente à volta e até mesmo as gerações ainda por nascer –, ou a falta dele, moldaria fundamentalmente o capitalismo. “O capitalismo fora de controle é como o indivíduo que não respeita o outro. O que vale para o ser humano vale para as corporações e para o sistema”, diz Marcos Fernandes Gonçalves, coordenador do projeto pedagógico da Escola de Economia de São Paulo da FGV.

Aerton Paiva, sócio-diretor da Apel Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos, empresa que presta consultoria em sustentabilidade para o universo corporativo, cita o antropólogo Maurice Godelier, estudioso das sociedades pré-capitalistas, para dizer que “o lucro é do ser humano”, pois mesmo essas sociedades buscavam um ganho valendo-se de suas trocas. “Talvez dois questionamentos a fazer refiram-se ao tamanho do lucro e às formas de obtê-lo. Desde Platão, por exemplo, discute-se a ganância”, afirma Paiva, que ainda cita frase do desenhista e humorista Millôr Fernandes: “Se 1 equivale a ter uma vida digna, ninguém deveria ter mais do que 10”.

### Rapte-me, camaleoa

Nesse debate aberto pela reporta-

gem, os especialistas ouvidos partem da premissa de que não se pode falar em um só capitalismo, mas em **vários**, e que talvez esteja nessa plasticidade camaleônica a chave para redesenhar um capitalismo adaptado às novas demandas que a sociedade aspira e às condições que o ambiente impõe. “É uma expressão que precisa ser definida no plural. Os estudos contemporâneos sobre ‘os capitalisms’ são muito expressivos”, aponta Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP e coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental.

“Para o desespero de marxistas ou neomarxistas, não percebo uma crise sistêmica no capitalismo em si. De todos os modos de produção experimentados, é o mais flexível e o que mostra maior facilidade de adaptação a mudanças”, diz Carlos Eduardo Frickmann Young,

professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo ele, se o capitalismo já foi capaz de coexistir com a escravidão, convive com o Welfare State (o Estado do Bem-Estar Social nos países europeus), com os regimes democráticos e com os autoritários; e, se na China existe o capitalismo de Estado, por que esse tipo de sistema não seria capaz de se adaptar também à sustentabilidade, entendendo-a como a preocupação com as questões de longo prazo e a busca de maior equidade social? “Se eu não acreditasse nisso, estaria pregando a Revolução”, afirma.

Um certo capitalismo, portanto, seria compatível com uma economia que opera dentro dos limites biofísicos, regulando a quantidade de recursos que são processados na economia e de resíduos que retornam para o ambiente com a capacidade

regenerativa e assimilativa do ecossistema e criando “espaço” ecológico para que as nações pobres possam se desenvolver. Mais que compatível, esse novo sistema econômico será inevitável, sustenta Philip Lawn, em entrevista à página 10.

Especialistas como Lawn reforçam o pequeno exército disposto a repensar o funcionamento da economia. Segundo José Eli da Veiga, professor titular do Departamento de Economia da USP, há importantes avanços ao menos no plano das ideias. Exemplos disso estão na emergente discussão de novos indicadores de desenvolvimento, suplantando o PIB, na realização de um grande encontro científico no ano passado sobre a ideia de *degrowth* (decrecimento), e o próprio relatório de Jackson, enumera Veiga.

Trata-se de uma bela mudança no modelo mental, considerando-se que – afora o fato de bilhões de pessoas aspirarem o nível de afluência atingido pelas nações da OCDE – qualquer escola macroeconômica, seja ortodoxa, seja heterodoxa, pressupõe que é preciso fazer de tudo para aumentar o consumo. “Tanto é que essa crise não mostra outra

coisa: começa a crise, começa o apelo para que as pessoas consumam. A gente acaba percebendo que, quando o americano decide comprar menos, cria um problema global. E o relatório indica que, se permanecer essa lógica, não há sustentabilidade”, diz Veiga.

Jackson entende que a recuperação econômica é vital, e que proteger os empregos e criar outros é absolutamente essencial, em especial nos países em desenvolvimento. Independente disso, urge revisar o sentido de **prosperidade**.

Para isso, Herman Daly, um dos expoentes da Economia Ecológica, usa a figura da biblioteca abarrotada. Como uma biblioteca, na qual não cabem mais livros – tal qual o planeta com os seus limites –, pode tornar-se melhor e mais rica? Não será pela aquisição de mais obras. Mas pode ser pela substituição de um livro menos interessante por outro de melhor qualidade.

Em latim, quer dizer “algo indo bem para nós”: *pro* significa “em acórdância a” e *speres* significa “nossos desejos e expectativas”. Segundo Tim Jackson, entende-se que “coisas indo bem” inclui alguma noção de continuidade – ou sustentabilidade.

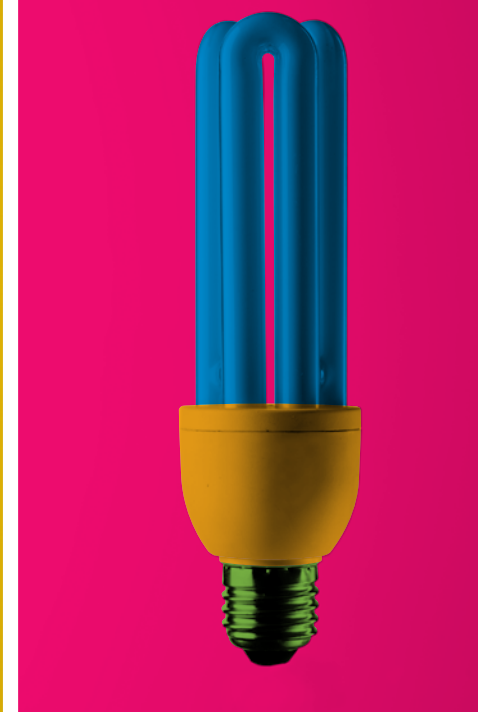
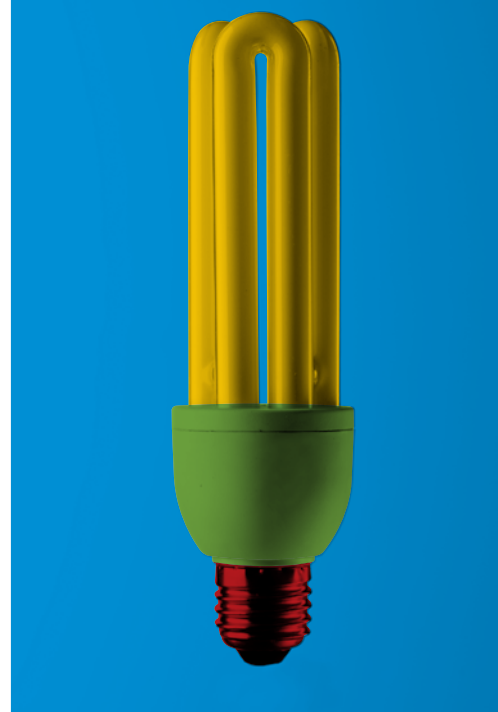
São reconhecidos pelo menos quatro modelos capitalistas, como o ultraliberal, o de países que passaram por regimes fascistas, o de países mediterrâneos e o japonês.

Da mesma forma, seria possível ter uma qualidade de vida melhor sem consumir mais bens. Para países onde beber água e comer proteína ainda são questões fundamentais a resolver, tal discussão configuraria um despropósito. Mas seria aplicável, por exemplo, a nações já desenvolvidas.

Não que a fórmula esteja dada, longe disso. O estudo de Jackson levanta uma série de dúvidas. Um *know-how* que está por vir, pois jamais foi experimentado na história econômica. Por exemplo, que tipos de atividade comporiam esse novo modelo econômico, digamos assim, me-

E um terceiro ponto em aberto é nada menos que a necessidade de criar um novo modelo macroeconômico. Isso porque ainda não há um modelo para saber como se comportam os “agregados” macroeconômicos – produção, consumo, emprego, gastos públicos, comércio, entre outros – quando não há acumulação de capital. E nem é capaz de incluir variáveis como emissões de carbono, uso de recursos naturais e manutenção da integridade ecológica.

Como diz Cadu Young, da UFRJ, vale recorrer ao economista Celso Furtado, “no belíssimo início de seu livro A



## A ECONOMIA SUSTENTÁVEL REQUER UM NOVO MODELO MACROECONÔMICO. UM KNOW-HOW JAMAIS EXPERIMENTADO

nos materializado? Talvez vender serviços de mobilidade, em vez de os carros em si, seja um exemplo. Reciclar, reutilizar, usar *leasing* (mais na reportagem “Todos fora do quadrado”, à edição 26). Mas aí surge outra pergunta: é possível “fazer” dinheiro o suficiente para manter a economia ativa por meio dessas atividades?

Outra questão que ele aponta é quanto a denominada economia verde pode ser efetiva em termos ecológicos. É o que ele chama de mito do descasamento. Pelo descasamento, o contínuo crescimento econômico reduziria a quantidade de recursos injetados na economia, em função do ganho de eficiência promovido por avanços e inovações tecnológicas, com produtos que gastam menos energia e empregam recursos renováveis ou menos matéria-prima. De fato, a quantidade de energia primária necessária para cada unidade produzida tem caído nos últimos 50 anos. Hoje, a intensidade energética global é 33% menor que em 1970.

O problema é que se trata de um descasamento relativo, não necessariamente absoluto, pois a poupança obtida com a redução é empregada no aumento de consumo de outros produtos ou atividades – um efeito apelidado de *rebound effect*.

*Fantasia Organizada*: precisamos organizar uma nova fantasia. Na quarta-feira, ela já se acabou. Mas aí a gente inicia o projeto do próximo Carnaval”. Isso para dizer que o futuro é, em parte, o que a sociedade quer ele seja, mas isso depende de se ter um sonho. Com o que a sociedade sonha hoje?

### Evolução e harmonia

O sonho implique ou não a prosperidade, a realidade é de um mundo no qual, embora haja crescente informação e transparência, as incertezas são também crescentes. “Talvez nunca antes na história do capitalismo tenha havido tanto conhecimento sobre riscos de mercado, nem tanta transparência por parte das empresas”, afirma Abramovay. Ainda assim, deu no que deu. Prova de que a economia é muito mais dinâmica e imprevisível do que se pode supor e controlar, resultado de uma intrincada rede de construções sociais e inovações – o que abre argumentos tanto para quem defende maior regulação do Estado como para quem acredita que a regulação não resolve.

É como se a sociedade moderna e o sistema financeiro tivessem atingido o grau de vapor d’água, no qual as moléculas se agitam de forma intensa e volátil, em comparação com estágios como o do

gelo, com movimento controlável e tangível, e como o da água em estado líquido, expõe Ricardo Guimarães, presidente da empresa de *branding* Thymus, durante recente seminário internacional da Fundação Nacional da Qualidade.

Em outra figura de linguagem, Guimarães diz que diante de crises financeiras e ambientais somos surpreendidos e ficamos desapontados, como crianças que, entusiasmadas com o brinquedo novo, não leem seu manual, usam mal seus recursos, danificam peças e comprometem o funcionamento da brincadeira. Assim como o brinquedo quebrado, as crises são oportunidades de dar uma olhada no manual para saber como ele funciona e onde erramos. “A tese é que nosso erro foi não perceber que o alto grau de interdependência e complexidade das relações entre os membros do sistema mudou a sua natureza e portanto as leis que regem o seu bom funcionamento”, diz.

Segundo ele, nenhum gestor estaria preparado para lidar com o aumento da complexidade, da velocidade e com a noção de interdependência.

“Assim”, afirma Marcos Gonçalves,

da FGV, “as empresas podem e devem ser mais atentas, a fim de transformar os riscos sistêmicos em oportunidade de criação de valor”. Tudo isso em um ambiente de maior controle, seja da lei, com a evolução dos arcabouços legais, seja da **sociedade**, vigilante ao jeito de como as empresas operam e fazem seus produtos.

A *shareholder view*, a visão do acionista simplesmente em busca de sua remuneração, dá espaço à *stakeholder view*, a visão dos diversificados públicos com os quais as empresas interagem. Isso permite uma combinação de relacionamentos antes unimaginável, diz Abramovay. Tal qual as moléculas do vapor d’água. Como exemplifica o professor, vê-se uma organização de tradição combativa, como a Rainforest Alliance, passando a certificar grandes produtores do agronegócio. Companhias elaborando novos padrões de medida de riqueza e reportando o balanço de água, de carbono, de energia, de materiais. O crescimento da noção de cadeia produtiva. Os movimentos sociais voltando-se mais para os mercados que para o Estado, ingressando em searas que antes não lhe pertenciam e inserindo a política no seu funcionamento.

“Agora, como tudo isso se dá no campo social, é conflito, é pau. São as mesas-redondas, por exemplo”, afirma Abramovay. “O processo não é feito por uma entidade demiúrgica, e, sim, com base nas disputas.” Em vez

de abolir os mercados, esse movimento os **transforma e reconstrói**. A qualidade dessa evolução vai depender da qualidade das pressões que a sociedade fizer (*reportagem sobre ativismo à pag. 42*).

“São rupturas de paradigma que se dão de forma ainda localizada e vão pavimentar o caminho do futuro”, diz Decio Zylbersztajn, presidente do Conselho de Orientação do Centro de Conhecimento em Agronegócios (Pensa). “Mas não há dúvidas de que o velho paradigma ainda está crescendo, como se pode ver pela expansão da China.”

Para mudar a lógica, diz ele, um primeiro incentivo seria dado pelo mercado, disposto a remunerar o serviço ambiental. O segundo seria institucional, que pode ser formal, via regras, ou informal, pela mudança de costumes sociais. O terceiro, mais demorado, ocorreria no nível individual, que pressupõe educação e formação de valores.

Aerton Paiva, da Apel, considera que, **nesse campo social, está faltando um jogador importante: o cidadão**. Aquele que pode ser consumidor, funcionário ou acionista, não importa o boné que use, mas antes é o sujeito capaz de se indignar e protestar. “Na Grécia, o cidadão estava na praça, manifestando suas opiniões. Não era a democracia perfeita, pois, enquanto isso, havia os escravos para fazer o trabalho pesado. Ocorre que hoje falta gente na rua, pois todos são escravos correndo

Trata-se de uma visão contrária à do pensador Michel Foucault, para quem qualquer movimento de resistência a um sistema dominante é por este apropriado

atrás de ‘ganhar o seu’.”

Redes sociais pela internet e o cyberativismo fariam as vezes dessa participação cidadã – ou

parte dela. Basta lembrar a importância da *web* na eleição de Obama. Mas Paiva ressalta o efeito mais poderoso de uma manifestação real. “Quando o Greenpeace despejou na porta da Philips milhares de lâmpadas fluorescentes (*poupam energia, mas contêm mercúrio*), para as quais a empresa não havia resolvido o problema do descarte, o risco de perda de reputação era tão grande, que a empresa tomou medidas em 72 horas”, diz.

Enquanto a sustentabilidade provoca esse tipo de luta em busca de uma “paz verde”, na tradução literal, estudiosos como José Eli da Veiga levantam com preocupação o risco de um resultado muito menos feliz para a equação econômica global. Como se sabe, quem cobre o *déficit* americano é a economia chinesa, o que leva a crer que esteja havendo uma mudança do eixo da acumulação para o Oriente – China, Japão, Coreia do Sul.

“Então, se houver uma polarização, resta saber até que ponto essa transição será pacífica, pois a História mostra que todas as anteriores não foram. Na hora H, tem guerra. Aí, toda essa discussão de sustentabilidade vira sonho de uma noite de verão. A superação do capitalismo por causa da sustentabilidade seria o cenário mais otimista”, diz.

Construção da marca, que pode ser definida como o conjunto de competências e atributos de uma organização a partir da experiência com produtos, ritos, processos, procedimentos

Segundo o cientista social Olivier Godard, da Ecole Polytechnique de Paris, é crescente o número de empresas que age não pela lei, mas por pressão social

"Pare de tentar salvar o planeta!", foi o grito que se ouviu recentemente na blogosfera. Veio de Erle Ellis, ecólogo da Universidade de Maryland, Baltimore County. "A natureza não existe. Deixou de existir antes que você nascesse, que seus pais nascessem, antes que os primeiros colonizadores chegassem, antes que as pirâmides fossem construídas. Você vive em um planeta usado", disparou em artigo na revista *Wired* ([www.wired.com/wiredscience/2009/05/ftf-ellis-1](http://www.wired.com/wiredscience/2009/05/ftf-ellis-1)).

Faz sentido para quem conhece um pouco do trabalho de Ellis, um dos autores do mapa que redesenha os biomas do mundo de acordo com a densidade populacional e o uso da terra (mais na edição 18 de PÁGINA22), e adepto da ideia de que vivemos no Antropoceno — época geológica marcada pelos impactos do homem sobre o planeta e os ecossistemas. As evidências, cita Ellis, incluem o desaparecimento de espécies animais importantes em todos os continentes há mais de 5 mil anos, a queima ou o corte pré-histórico de florestas hoje consideradas intocadas, como a Amazônia, e alterações provocadas no clima desde o início da agricultura, há mais de 7 mil anos.

"Para o Bem ou para o Mal, a natureza há tempos é aquilo que fizemos dela e o que vamos fazer", escreve Ellis, frisando que é preciso engavetar o bordão sobre salvar o planeta. Salvá-lo de quem? "Ao contrário, é mais do que tempo de salvar a nós mesmos — mas não da natureza." Ele defende o que chama de "pós-naturalismo", um ambientalismo otimista, que se desacopla

da ideia da natureza intocada e aceita não só a influência humana, mas a noção de que o *Homo sapiens* não vai desaparecer tão cedo do planeta. **Se há algo a salvar, parece dizer Ellis, é a boa vida que levamos no planeta hoje — ou pelo menos alguns de nós.**

As opiniões do ecólogo — ele recomenda que os leitores visitem o zoológico, "o lugar mais diverso que já existiu na Terra" — provocaram uma chuva de comentários nos sites da *Wired* e do grupo de pesquisa coordenado por ele (<http://ecotope.org/blogs/>). Talvez as tintas com que Ellis pintou seu pós-naturalismo sejam pós-modernamente exageradas — seguindo a linha de que o ambientalismo morreu —, mas seu grito reflete a compreensão em certos círculos acadêmicos de que a via a seguir é "administrar" as interferências humanas na natureza — tarefa não só para as ciências naturais, mas principalmente para as ciências humanas.

Nos últimos 50 anos, o ritmo de mudança — com o crescimento da população, diversos usos do solo e as alterações climáticas — acelerou-se a ponto de que hoje estamos em "território desconhecido", diz o ecólogo australiano Richard Hobbs. No passado, a ecologia estudava como as coisas funcionavam na natureza e a conservação tentava mantê-las como eram. "É cada vez mais impossível manter as coisas como são", afirma. Em 2006, Hobbs cunhou o termo "novos ecossistemas" para designar sistemas naturais em que novas combinações de espécies animais ou vegetais surgem como consequência da ação humana, da mudança ambiental e da introdução de espécies de

outras regiões. Hoje ele e outros pesquisadores dedicam-se a estabelecer princípios para manejar os "novos ecossistemas". "A primeira coisa é preservar os ecossistemas 'selvagens', da melhor maneira possível", diz. "Mas há a questão de como preservar estas áreas com toda a mudança que ocorre em volta."

Em algumas searas da vida humana, entretanto, parece haver imunidade à mudança. O exemplo mais gritante são os economistas, seu apego ao *growth as usual* e à falácia de usar o PIB para medir o bem-estar humano. Não é possível, aponta o economista Frank Ackerman, que as mudanças climáticas sejam ameaça fundamental às condições que sustentam a vida humana — como percebem os cientistas naturais — e, ao mesmo tempo, um pequeno enigma de política econômica a ser solucionado com um ajuste nos impostos — como defendem os economistas.

O físico Hans Joachim Schellnhuber, do Instituto para Pesquisa dos Impactos Climáticos em Potsdam, Alemanha, estimou recentemente que 90% da pesquisa necessária terá de vir das áreas sociais, pois, enquanto os cientistas naturais podem descrever as consequências das mudanças globais e apontar soluções tecnológicas, não são capazes de provocar a transformação social e econômica necessária em um curto espaço de tempo.

Além do econômico, há desafios a serem enfrentados em vários outros campos, da política à comunicação e à psicologia, além de quebrar as amarras que mantêm estanques as disciplinas "humanas" e "naturais". Se o pós-naturalismo de Erle Ellis é mais um alerta de que é impossível manter a natureza separada do homem, o próximo passo talvez seja esquadrihar o homem, sua mente, suas sociedades e as naturezas que cria. <sup>122</sup>

# Quantas naturezas?

O planeta que tantos querem salvar tem sido usado pelas sociedades há milênios e, se há salvação, ela virá de administrar nossa presença na Terra



Na nossa gráfica tudo sempre fica mais verde.

Produzimos impressos com todo cuidado ambiental, utilizando recursos renováveis e materiais sustentáveis. Por isso nossa impressão sempre tem um verde a mais.

Papel certificado FSC, tinta de soja, compensação de carbono e apoio para logística reversa de impressos.



A marca de manejo florestal responsável. Produtos FSC sob consulta. SW-COC-682186

©1996 Forest Stewardship Council A.C.



Produto de soja reconhecido pela American Soybean Association



Compromisso ambiental

d'lippi print

Uma nova geração de gráfica para as novas gerações!

[www.dlippi.com.br](http://www.dlippi.com.br)

11.5181.6925

# O todo poderoso

O consumidor firma-se como novo ator social, mas sua **capacidade é limitada**. O risco de manter o foco na ação individual é perder de vista a urgência de mudanças em larga escala

POR Carolina Derivi #

Recentemente, a rede britânica de supermercados Tesco se embananou na tentativa de enveredar seus clientes pelo caminho do consumo ambientalmente responsável. Lançou a campanha Lights for Flights: na compra de lâmpadas fluorescentes, mais econômicas em energia se comparadas às tradicionais incandescentes, o cliente levava como prêmio milhas para gastar em passagens aéreas.

Não demorou muito para que a gafe se transformasse em mais um registro clássico da chamada maquiagem verde, expondo a marca ao escrutínio público e ao ridículo. Pouco depois, claramente mais bem assessorada, a Tesco procu-

rou se redimir. Lançou uma linha de cem produtos dotados de transparência climática. Um selo informa ao consumidor quanto carbono foi necessário emitir na produção de cada mercadoria, uma medida bastante afinada com a demanda dos movimentos pelo consumo consciente por mais transparência e informação.

Mas o jornalista Ed Gillespie, do jornal *The Guardian*, não se deu por satisfeito. Diante da informação de que cada folha de papel higiênico demanda 1,1 grama de carbono para ser fabricada, Gillespie decidiu provocar os seus leitores: "Você escolheria usar menos papel para reduzir a sua pegada de carbono,

mesmo sabendo o quão infinitesimal seria essa redução?" [1]

**TOME NOTA**  
 1 O artigo "Tesco unravels toilet paper's carbon footprint" pode ser encontrado em [www.guardian.co.uk/environment/ethicallivingblog/](http://www.guardian.co.uk/environment/ethicallivingblog/)

Para ele, o apelo por escolhas individuais responsáveis, centradas nas pequenas atitudes, transformou-se em um estado de negação diante de uma crise ambiental global que demanda grandes guinadas. E rápido. "Eu ficaria muito mais impressionado se a Tesco se compromettesse a banir de suas prateleiras qualquer produto que não atingisse os mais altos padrões de integridade ambiental", diz o jornalista. "É isso o que 'cada pequena atitude que conta' deveria significar."

Do Reino Unido para o Brasil, o desabafo permanece pertinente e polêmico. Em um tempo em que o indivíduo passou a ser o foco tanto de estratégias para perpetuar o consumo exacerbado quanto daquelas que visam contestá-lo, a confusão é inevitável: afinal, onde termina a responsabilidade de consumidores e começa a de empresas e governos? Comprar ou não comprar é realmente

um indutor de mudanças na atitude corporativa? Um movimento coletivo de fôlego se resume ao somatório de ações individuais?

Há debate, mas não há respostas prontas. Nenhum dos estudiosos consultados por esta reportagem menospreza este novo ator social, ao contrário. Mas, para quem deseja ser realmente um consumidor responsável, é bom que se tenha consciência também dos limites

Em 1995, a Oslo Round Table, promovida pela ONU, definiu o consumo sustentável como "o uso de bens e serviços que atendem às necessidades básicas e trazem uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o emprego de recursos naturais, materiais tóxicos e emissões de poluentes através do ciclo de vida, de forma a não pôr em perigo as necessidades das futuras gerações"

## Experimentos da psicologia econômica demonstram que o comportamento humano típico é avesso a decisões e escolhas, expondo os limites da capacidade cognitiva do comprador

dessa capacidade e das armadilhas simplificadoras que se possam encontrar pelo caminho.

### Nosso herói, o superconsumidor

Com o livro *Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania*, lançado em 2005, a socióloga Fátima Portilho criou um marco da literatura especializada brasileira ao levantar as possibilidades e os limites da ideia de **consumo sustentável**. Ela analisa, por exemplo, a desigualdade de acesso às alternativas. Algumas são econômicas,

como reduzir o uso de água ou de energia. Outras são voltadas para públicos mais sofisticados, como os de produtos certificados e orgânicos.

Outra limitação importante é a velocidade de inserção de novos produtos no mercado e a inovação ambiental que acompanha muitos deles. Alguns, como os alimentos transgênicos, são objeto de controvérsia, inclusive entre os cientistas, e a escolha entre inúmeros tipos de produtos muitas vezes requer conhecimento altamente especializado.

A era da informação, combinada com a ascensão da proposta de consu-

mo consciente, serviu para derrubar o preceito da teoria econômica neoclássica, segundo a qual o consumidor é sempre racional e busca maximizar as suas escolhas. Ainda que dispuséssemos de todas as informações necessárias, há um limite bastante estreito para a nossa capacidade cognitiva.

No livro *Nudge – O empurrão para a escolha certa*, os economistas comportamentais Richard Thaler e Cass Sunstine foram mais longe e demonstraram que o ser humano típico não gosta de tomar decisões, frequentemente se deixando levar pela lei do mínimo esforço. Nos EUA, todo empregado, ao ser contratado, preenche um formulário em que escolhe o tipo de plano de pensão. A primeira opção da lista, que garante uma contribuição regular com aposentadoria modesta, foi sempre a mais escolhida.

Os economistas Thaler e Sunstine propuseram inverter a ordem das opções em doze estados americanos, colocando em primeiro lugar aquela que garante um aumento de contribuição a cada aumento de salário e, conseqüentemente, uma aposentadoria mais gorda. A tendência se inverteu e os americanos passaram para uma escolha sem vantagem

# verdade ético

imediate, com vistas ao longo prazo.

Quando se fala em consumo consciente, é inevitável questionar se não estaríamos depositando excessiva fé em um perfil que a psicologia econômica já demonstrou ser altamente improvável. A psicanalista Vera Rita Ferreira, especializada nessa área, quer trazer o elemento da arquitetura de escolha, proposta pelos autores de *Nudge*, para a discussão da sustentabilidade.

“Cada vez mais se observa que só medidas educacionais ou de empoderamento muitas vezes não se mostram suficientes. É preciso medidas que encorajem o comportamento desejável e desestimulem o comportamento não desejável”, diz a psicanalista. Não significa que essa é uma missão apenas para

os especialistas, de cima para baixo. A contribuição coletiva de consumidores comuns, com sua experiência cotidiana, seria útil para formular um modelo de estímulos. “Não dá para desistir de investir num amadurecimento do consumidor. Pelo menos, para tornar a briga um pouquinho menos desigual”, diz Vera Rita.

Lisa Gunn, coordenadora-executiva do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), faz um contraponto. Para ela, disponibilizar informações não significa necessariamente que o consumidor terá de processá-las sozinho. “Nenhuma empresa vai dizer ‘eu tenho trabalho infantil mesmo e você que faça a sua escolha’. Só a transparência do processo produtivo já força uma mudança.”



## A dança dos discursos

A INCLUSÃO DO CONSUMO COMO PEÇA-CHAVE DA CRISE AMBIENTAL É FRUTO DE UM LONGO EMBATE ENTRE NAÇÕES RICAS E POBRES

### FASE 1 – PROFETAS DO APOCALIPSE

Os ativistas ecológicos dos anos 60, alinhados ao movimento da contracultura, já denunciavam os exageros da sociedade de consumo como parte da crise ambiental. Mas o discurso hegemônico permaneceu voltado para o problema populacional, cujos defensores eram chamados de “neomalthusianos” ou “profetas do apocalipse”. Para alguns autores, as nações ricas evitaram analisar os impactos de seus processos produtivos, ao manter o foco no crescimento da população em países em desenvolvimento.

### FASE 2 – FÁBRICAS E CHAMINÉS

A partir dos anos 70, os embates entre países ricos e pobres nos fóruns internacionais começam a dividir as atenções entre a explosão demográfica e a poluição causada por processos industriais e tecnológicos. O relatório *Os Limites do Crescimento* (Clube de Roma, 1972) é um dos marcos dessa transição,

apontando principalmente para os países do Norte. O relatório *Nosso Futuro Comum* (ONU, 1987), que inaugura o conceito de desenvolvimento sustentável, enfatiza a “poluição da pobreza” e a necessidade de acelerar o crescimento econômico, desde que amparado por inovações tecnológicas na esfera produtiva.

### FASE 3 – O CONSUMO NO MAINSTREAM

A Conferência Rio-92 compreende, pela primeira vez, a participação direta de movimentos da sociedade organizada. As ONGs globais e os países do Sul foram decisivos ao transferir a responsabilidade para o estilo de vida e o uso intensivo dos recursos naturais pelas populações mais ricas. Apesar da resistência dos países desenvolvidos, os documentos aprovados na conferência (Agenda 21, Declaração do Rio, Tratado das ONGs etc.) refletem o segundo deslocamento discursivo, da produção para o consumo.

## Forças conjugadas

Em seu livro, fruto de tese de doutorado, Fátima Portilho revela que “ainda não foi possível comprovar nem infirmar, através de pesquisas empíricas, o papel do consumidor verde como mecanismo de pressão das indústrias para a adoção de medidas de gestão ambiental”.

Em entrevista a PÁGINA22, ela diz que esse *gap* de pesquisas de campo ainda permanece. Não se sabe ao certo quem é o verdadeiro fator decisivo: se o consumidor final, com suas escolhas de compra, ou se acionistas, seguradoras, concorrentes, grandes consumidores institucionais e governos. São agentes que, a despeito de serem movidos por boas ou más intenções, estão expostos a riscos jurídicos e financeiros imediatos quando se trata de meio ambiente.

“É muito difícil medir isso. É sempre um conjunto de fatores que faz uma empresa mudar”, diz Fátima. Em 2002, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) procurou compreender essa realidade, ainda que de forma preliminar. Os economistas Ronaldo Seroa da Motta e Claudio Ferraz concluíram que a variável “pressão da comunidade” não é decisiva para os investimentos ambientais de uma empresa brasileira, que se submete mais clara-

mente aos demais atores do mercado e à regulação formal.

Mas os pesquisadores fazem uma ressalva: a pressão social tem um papel complementar na medida em que exerce influência sobre os órgãos reguladores. Também é o que identifica Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG Repórter Brasil, uma das mais atuantes pela erradicação do trabalho escravo no País. Ele diz que os avanços mais visíveis nessa área são fruto de um jogo de cobrança entre empresas e bancos. “Mas é fundamental que a empresa tenha medo do boicote, ainda que não aconteça. Até porque as empresas não deixam que se chegue a esse ponto, elas se antecipam.”

Parece imprescindível ter em mente essa correlação de forças quando se trata de dimensionar o impacto das ações individuais. “O movimento de certa forma se despolitiza quando se pensa ‘estou fazendo a minha coletinha aqui e a minha

corporativo, diz o publicitário Hélio Silva, autor do livro *Marketing: Uma visão crítica*. “Para a empresa interessa muito esse discurso. A sensação de ser poderoso me agrada, então a empresa embute essa sensação no seu produto: ‘Nós estamos fazendo certo, mas tudo depende de você, você é o rei’.”

Para Helio Mattar, diretor do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, o comportamento do consumidor é indissociável da conduta empresarial: “É muito fácil apontar o dedo para as empresas, mas tudo que elas fazem é porque alguém compra”.

A psicóloga Isleide Fontenelle, professora de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e autora do livro *O Nome da Marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*, tem um projeto de pesquisa chamado provisoriamente “Redenção como Mercadoria”. Sua tese é de que o próprio mercado contribui para a geração de culpa, para

## Só o uso de produtos verdes, menos poluentes, não dá conta do problema global de consumo exacerbado. Uma sociedade calcada nas liberdades individuais é capaz de considerar limites?

parte já está feita”, diz Antônio Almeida, professor da Esalq-USP e pesquisador da área de mídia e meio ambiente.

Ele identifica essa proposta de educação ambiental individualizante na grande mídia, “porque, politicamente, essa é uma proposta sem grandes consequências. Joga a responsabilidade para o indivíduo e não para o governo e as grandes corporações”, diz. “Não acho que seja desprezível (a conduta individual), mas não é o centro da questão.”

### Apropriação

É importante observar que o discurso do poder do consumidor não é mais apenas dos movimentos socioambientais, mas também do mundo

depois vender a solução.

“O consumidor está esgotado de escolhas, de informação e de responsabilidades. Esse esgotamento tem levado a uma necessidade psíquica de autoridades que lhe digam o que fazer. E aí entram as grandes marcas que lhe dizem. Quem é o grande ausente? É o Estado, que sai de cena deixando o puro mercado.”

Nada disso seria problemático se as mudanças em curso dessem conta da questão global do consumo. “A responsabilidade social empresarial apenas arranha a superfície de um problema que é muito mais profundo”, diz Isleide.

“Responsável”, “ético”, “consciente” são denominações muito similares de um ideal de conduta, mas o chamado



# respoNsável

## consciente

“consumo verde” designa algo mais específico e que se mostra como opção mais bem-sucedida até agora: é a escolha por produtos de tecnologia menos poluente que não implica de imediato uma redução do nível de consumo, mas uma mudança do padrão de qualidade.

Embora a incorporação de tecnologias limpas seja um tema vital para a busca da sustentabilidade, a inserção do tema do consumo na agenda ambiental partiu, nos anos 90, de uma proposta muito mais ampla (veja quadro à página 39): não apenas substituir objetos de consumo, mas reduzir, readaptar a vida cotidiana a um ritmo menos frenético de novidade, compra e descarte.

Para essa grande questão ainda não há propostas. Há de se reconhecer a complexidade do cenário: uma sociedade construída sobre a premissa das liberdades individuais é capaz de considerar limites? No livro *A Felicidade Paradoxal*, o filósofo francês Gilles Lipovetsky descreve como o *marketing* de massa foi

é consumo ou é consumismo? É altamente subjetivo e, mais do que isso, é cultural”.

Quando escreveu *Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania*, Fátima diz que se sentia imbuída de um espírito de contestação para desmascarar o consumo verde. De lá pra cá, sua percepção mudou. O que aprendeu é que esse fenômeno é herdeiro de uma decepção com os movimentos sociais dos anos 60 e 70, que pregavam uma utopia única por uma via única: coletiva e institucional. Hoje, as possibilidades políticas estariam pulverizadas pela necessidade de fazer algo agora, hoje, na mesa da cozinha, sem esperar pelo mercado ou pelos governos.

“Independentemente do que a gente acha, as pessoas estão usando o consumo como ação política. É antes de tudo uma autoatribuição de responsabilidade. Se a gente transferisse o papel de mudar o mundo para esse único ator, seria o mesmo erro do passado que atribuiu essa função aos operários”, diz a socióloga. “Mas o mundo está diferente e aponta para um conjunto de caminhos. É uma mudança da cultura política e uma expansão da ideia de cidadania”, conclui. ■



# Infância vendida

Estudiosos e organizações denunciam **usos e abusos da publicidade**, em especial a voltada para as crianças

Os paradoxos da sociedade de consumo são dos principais temas das reflexões contemporâneas no campo da sustentabilidade. O economista político Ladislau Dowbor, professor titular da PUC de São Paulo, chama atenção para a desigualdade de oportunidades de consumo, comparando necessidades não atendidas – em razão da escassez de recursos e da pobreza –, com a opulência dos abusos do consumo de prioridade duvidosa. Ele questiona o ciclo de trabalho excessivo, o hiperconsumo e o endividamento. Prega um consumo inteligente, pautado pelo bom senso e pela redistribuição do esforço social, para que todos possam ter acesso ao trabalho, aos bens fundamentais para o desenvolvimento pessoal, e para que se dê condições ao equilíbrio ambiental.

Hazel Henderson, estudiosa inglesa, questiona o estilo de vida das sociedades materialistas, aponta estudos de psicólogos sobre o vício de ver TV em excesso e crítica o mundo de fantasia criado pela publicidade. Como saída, propõe a “contrapublicidade”, mecanismo pelo qual conteúdos independentes acessem espaços de mídia, contrapondo informações à publicidade veiculada pelas empresas, para o esclarecimento da sociedade sobre bens e serviços. Por meio desse instrumento de controle social, projeta um novo modelo de disseminação de informação para os

consumidores, com a finalidade de aproximar os conteúdos de propaganda à verdade.

Mais uma autora contemporânea, Juliet Schor, impacta o leitor com dados e argumentos relacionados à mercantilização da infância, baseados em pesquisa que faz sobre o campo publicitário. **Denuncia que a categoria cultural “infância” tem sido produzida para ser vendida pela indústria do marketing. Explica como se constrói a relação entre as crianças consumidoras e os atores que passam a vida tentando “tirar dinheiro” delas.** Demonstra como as crianças se tornaram um público autônomo, capaz de tomar decisões, com dinheiro próprio e poder de influência sobre outros consumidores, como os seus pais. E mais, denuncia que a sociedade contemporânea não está apenas mercantilizando as crianças, mas fazendo com que elas se mercantilizem sozinhas.

Segundo o Center for a New American Dream, uma ONG dos EUA, as crianças americanas são bombardeadas por cerca de 100 propagandas por dia, e 40 mil comerciais de TV por ano. Por trás dessa enxurrada, especialistas em *marketing*, psicologia e educação infantil constroem um imaginário estimulando o desejo por bens, serviços e conteúdos que assediam crianças e pais todos os dias. Eles alertam, ainda, que há 25 anos as empresas americanas gastavam anualmente US\$ 100 milhões na promoção de produtos para crianças, cifra que hoje salta para US\$

17 bilhões. A ONG conta que, naquele país, o *marketing* antes era dirigido primordialmente a crianças entre 8 e 12 anos de idade, e agora está voltado para aquelas a partir dos 2 anos, que nem sequer saíram das fraldas.

Tudo isso gera enorme pressão sobre a psiquê das crianças, o que ocasiona apego ao materialismo e consumismo, e induz a problemas como depressão, obesidade, violência e estresse familiar.

No Brasil, onde seguimos o mesmo caminho, algumas ONGs começam a lutar contra o abuso da vulnerabilidade do público infantil, revelando os principais impactos da indústria do *marketing* sobre esse alvo fácil e incapaz de discernir sobre as opções que lhes são apresentadas. O Instituto Alana possui um projeto que visa proteger as crianças, pais e famílias desse achaque. Tem defendido adoção de marco regulatório pelo Congresso Nacional e estimulado ações no Judiciário para o mesmo fim. O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) também desenvolve um trabalho importante, por meio da denúncia de abusos. Recentemente, por exemplo, o Idec estudou a composição dos lanches de alguns restaurantes *fast-food*, e encontrou excesso de gordura trans, gordura saturada e sódio nos lanches preferidos das crianças.

As ações denunciadas por essas ONGs certamente violam os direitos mais básicos e o que elas têm de mais belo: sua pureza e ingenuidade. **zzz**

## Novos negócios para sua empresa. Participe deste grande encontro!



# Ambientalexpo

2009

Feira Internacional de Soluções para Saneamento e Meio Ambiente

Soluções ambientais gerando bons negócios.

30 de junho a 2 de julho de 2009

13h às 20h - Anhembi - São Paulo - SP



A Ambiental Expo é o local onde você encontrará novidades e inovações em equipamentos, produtos e serviços para que sua empresa aproveite melhor os recursos e assim, gere menos despesas para seu município oferecendo melhores serviços à população porque abrange toda a cadeia de Tratamento, Prevenção e correção para Saneamento, Ar, Solo, Resíduo, Ruído e Energia.

Simultaneamente o Congresso apresentará o conteúdo educacional mais completo para profissionais e administradores públicos. Sua empresa não pode ficar fora desse encontro!

Aproveite esse grande encontro! Faça já sua credencial para visitar a feira e conheça os temas do congresso em nosso site:

[www.ambientalexpo.com.br](http://www.ambientalexpo.com.br)



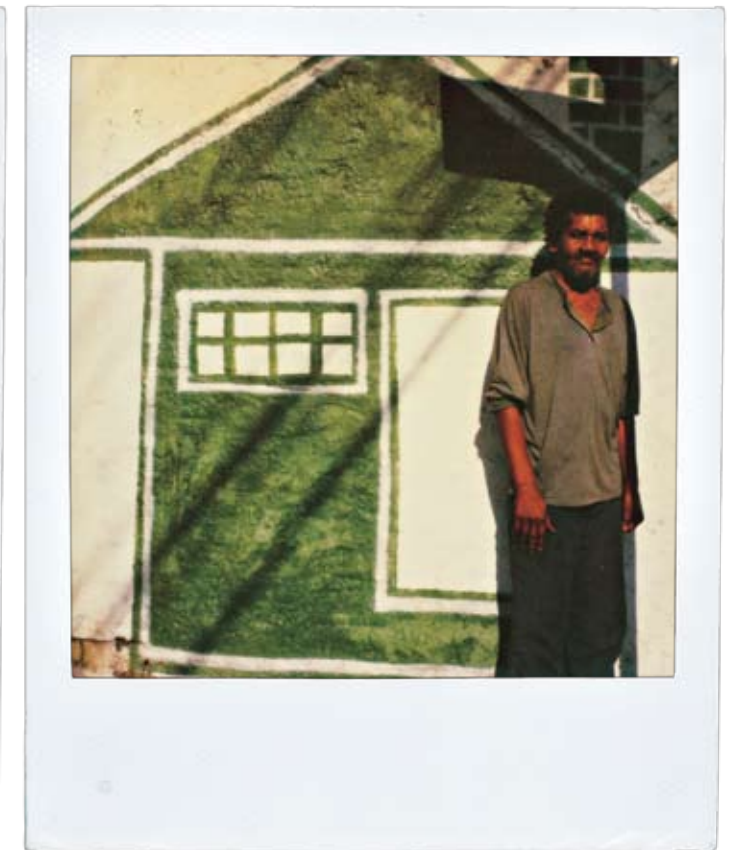
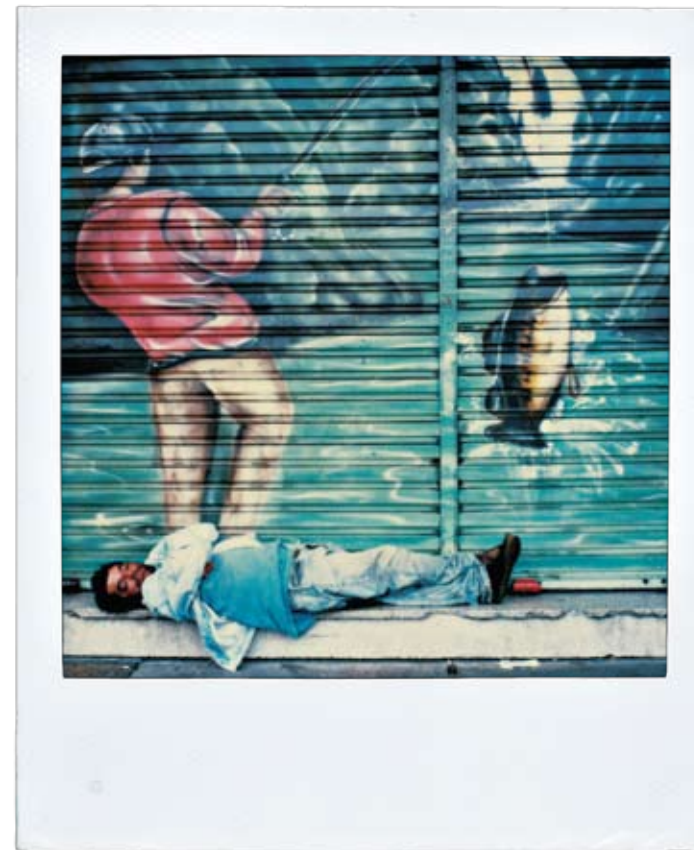


## Labirintos urbanos

# FOTOS Marcelo Pallotta

A **Polaroid SX-70** é um tipo de câmera em extinção. Poucos aficionados tratam de perpetuar o uso desta técnica que revela a fotografia instantânea, sem interferências posteriores. A antiga forma de registro foi a opção do fotógrafo Marcelo Pallotta para este ensaio. As pessoas e suas dúvidas, situações e problemas, em labirintos pela cidade de São Paulo. “Meu foco era a interação das pinturas e grafites com os transeuntes, e o que surpreende é que o material tenha uma carga dramática, mas também um espírito leve, de alguma esperança. Acho que o confronto ilustra nosso momento, de dúvidas e busca de alternativas diante de uma crise econômica”.

A série com os sem-teto foi produzida durante dois anos, e as espirais e interrogações foram realizadas sem que o quadro fosse forjado. A técnica arcaica que resulta em borrão e pouca precisão vai ao encontro do tema – interrogação, dúvida, a vida na rua. [L22](#)







# Cidades muradas

É possível que o debate sobre os muros no Rio ajude a construir uma agenda para os municípios brasileiros, onde **falta democracia e sobra segregação**

A imprensa tem dedicado bom espaço ao debate que se desenvolveu a partir do anúncio, pelo governo do estado, de que seriam construídos muros nas favelas da Zona Sul do Rio. Com 3 metros de altura, em concreto, os muros serviriam de limite entre a favela e a mata.

O governo diz que o objetivo é conter a derrubada da floresta. As críticas são de que muros têm forte e indissociável simbolismo de segregação.

Não é uma questão simples. Envolve a percepção de que a violência urbana se expande e se consolida, a estigmatização das favelas como matriz da desordem e, sobretudo, o estranhamento à diversidade, crescente entre nós.

Pela abrangência (apenas Zona Sul) e circunstâncias (violência), o tema leva a pensar que se trata de uma resposta semiológica, de ordem simbólica, a uma questão política.

A Zona Sul é um palco social privilegiado, lugar de residência e lazer de grande parte da classe média mais bem situada economicamente e de expressiva parcela dos ricos. Cada vez mais tem exercido papel substituto do centro tradicional. A Zona Sul é parte da centralidade política, econômica, cultural e social carioca.

A repercussão do que aí ocorre é muito ampla. Há meses, a propósito da informação de que traficantes de outras zonas da cidade estavam transferindo seus arsenais para favelas da Zona Sul, onde a polícia no enfrentamento age com mais cautela, o

secretário de Segurança do estado afirmou que "um tiro em Copacabana é uma coisa, um tiro no Alemão é outra".

Alemão é um complexo de favelas da Zona Norte suburbana, com população superior a 50 mil pessoas. Em 2007, foi escolhido pelo governo do estado como foco ostensivo de sua política de retomada dos territórios dominados pelo tráfico. O complexo passou ao controle das forças policiais depois de vários dias de muita luta e grande número de mortos. No entanto, pouco tempo depois, o governo se retirou. Lembre-se de que lá, em 2002, foi assassinado o jornalista Tim Lopes, da Rede Globo.

Ao final de 2008, o governo anunciou a retomada da Santa Marta, em Botafogo, favela com 4 mil habitantes. Há um destacamento policial estabelecido na favela, integrado por agentes recém-formados. A decisão do governo, novamente, é lá permanecer. O modelo é avaliado como bem-sucedido e será replicado em outras áreas, com a incorporação de novos policiais. No entanto, sua universalização custa muito, em tempo e em dinheiro, o que fortalece o ceticismo quanto à perseverança na decisão.

A polêmica sobre os muros não veio sozinha, mas no bojo de recorrentes episódios de violência. O anúncio da construção deu-se em momento de guerra entre quadrilhas em favelas de Copacabana, com o tiroteio tendo se espalhado por bairros vizinhos à Lagoa Rodrigo de Freitas, causando pânico na Zona Sul. Veio também acompanhado de manifestações na mídia em

apoio a remoções de favelas.

## O morro não tem vez

Há poucas décadas, as favelas eram consideradas pitorescas, lugar do samba. À margem do Estado, seus malandros deram vez aos traficantes, que se fortaleceram, se armaram pesadamente e hoje detêm o controle do território. Não apenas o controle militar, mas, com ele, o econômico, por meio de serviços como o de transporte (vans e motoboys), comunicação (gatonet, rádios e TVs piratas), água (monitoramento) e energia (gás), além de atividades imobiliárias (produção e aluguel) e de lazer (bailes, quiosques, pontos esportivos). A guerra é recorrente entre quadrilhas e entre quadrilhas e polícia – e, pelo alcance das armas, não se limita à favela.

Neste contexto, é crescente o estranhamento que a favela causa aos cidadãos em geral, identificada como o lugar da violência, o que amplia a estigmatização. Assim, em se tratando de favelas, é indissociável o tema da segurança.

**Embora estudos de diversas fontes informem que na Zona Sul a expansão é quase irrelevante, a percepção de muitos é de que as favelas se expandem aceleradamente.**

Mesmo sem expandir, as favelas da Zona Sul aparentam fazê-lo, porque há dinamismo imobiliário, ampliando moradias e acrescentando andares. Em especial à noite, nota-se o adensamento pela iluminação que cresce, aumentando a percepção de que as favelas são incontroláveis.

Mas, como quaisquer elementos urbanos, não podem dispor do território indistintamente. É de interesse da cidade e dos próprios assentamentos. Há consenso, entre moradores e governos, de que é preciso haver limites claramente definidos – e este consenso se estabeleceu já na década de 1990, com o Favela-Bairro (F-B), programa de urbanização de favelas consolidadas, de iniciativa da prefeitura. A compreensão é de que os benefícios seriam perdidos com o crescimento inadequado. O F-B estabeleceu limites e condições para construir em cada assentamento. Instituiu uma legislação simples, implantou escritórios da prefeitura para orientação urbanística e social – os Pousos – e, nas fronteiras da ocupação, construiu marcos claramente visíveis, inclusive muros, mas de apenas 30 centímetros de altura.

Todavia, a partir de 2001, muitos Pousos foram fechados. O argumento da prefeitura foi o constrangimento imposto pelos bandidos, que crescentemente interfeririam no trabalho dos agentes públicos. Sem controle do território pelo Estado, tal controle urbanístico é uma falácia.

O reflorestamento é outra ação que ajuda a preservar limites, enquanto recupera o meio ambiente. Os morros da Zona Sul, nos últimos anos, tiveram a sua área florestada expandida tanto pelo programa Favela-Bairro como pelo projeto Mutirão Reflorestamento. Apesar disso, persiste o discurso das florestas sendo devastadas pelas favelas.

Em apoio à construção desse sentimento, a mídia exacerba e, muitas vezes, sem contextualizar informações, oferece um aspecto dissociado do conjunto.

Recentemente, foi dado destaque a um estudo do Instituto Pereira Passos de que, em uma década, as favelas da cidade expandiram a ocupação em 3 milhões de metros quadrados. É um número grande, não tenhamos dúvida. Mas quanto expandiu a área ocupada pela cidade? Provavelmente, não menos que 40 milhões de metros quadrados.

Favelas e não favelas expandiram em especial na Zona Oeste, região de ocupação recente. É uma região receptora de famílias pobres, onde alcançam um lugar em acordo

Em dez anos, as favelas aumentaram a ocupação em **3 milhões** de metros quadrados. Mas e a cidade toda? Não menos que **40 milhões de metros quadrados**

com suas possibilidades financeiras. A ocupação se dá, é claro, com baixa densidade e com escassez de infraestrutura, que, aliás, é um quadro geral das cidades brasileiras.

## Traficantes e milícias

É na Zona Oeste que tem sido mais abrangente a presença de milícias como detentoras do domínio sobre o território. Enquanto os traficantes têm seu negócio central na venda de drogas, os milicianos o têm na venda de "segurança". Mas ambas as modalidades de marginalidade firmam-se como controladoras de ampla rede econômica-política-social, que é clandestina e ilegal, e que se impõe pelas armas, na arbitrariedade e no absolutismo.

Este contexto carioca também ocorre em inúmeras cidades brasileiras médias e grandes. As favelas, ou os loteamentos da periferia, ou os conjuntos residenciais, como a Cidade de Deus, não se qualificam em si como promotores da violência urbana que nos assola. Suas populações vivem em um jugo degradante, em que não vige a Constituição brasileira, mas as leis discricionárias dos poderosos detentores das armas. Foi o Estado brasileiro que abandonou seus territórios e desconhece os direitos cidadãos.

A resposta dos muros pode aplacar temporariamente o sentimento de medo que atinge parcelas importantes da sociedade. Nesse sentido, pode ter sido bem-sucedida. Pode, também, exaltar o sentimento de segregação de outras parcelas, justamente aquelas que se encontram excluídas da proteção constitucional.

Se tiver sido uma resposta de natureza semiológica, como

tenhei evidenciar, com a controvérsia que se estabeleceu e sua repercussão, é possível que os muros, mesmo não construídos, já tenham cumprido parte do objetivo do governo. Neste caso, não serão implantados.

Contudo, a questão é de natureza política – e persiste. Há escassez de democracia em nossas cidades, não apenas no Rio de Janeiro. Faltam políticas de crédito para a habitação, de saneamento, de transporte público, de segurança.

Há escassez de democracia, sobretudo nesses territórios da anomia. De fato, eles já se encontram "murados", são "cidades muradas", onde não entra a Constituição, impedido o acesso à cidadania.

Podem ser que o debate ajude na compreensão da urgência de uma agenda para as cidades brasileiras – em que há de se garantir a vigência das leis em todo o território nacional. [zzz](#)



# FAÇA HUMOR NÃO FAÇA GUERRA

A tecnologia e a globalização entram como aliados do fenômeno que **combate o status quo por meio da arte**, e no qual o processo de mobilização é tão importante quanto a manifestação em si

POR Ana Cristina d'Angelo # ESTÊNCES Adriano Paulino # FOTOS Marcelo Trad

**Q**uando o artista francês Philippe Petit atravessava de uma torre gêmea à outra do World Trade Center em um cabo de aço, numa manhã de 1974, só sabia que a cena se fixaria no imaginário das pessoas. Isso se a performance desse certo. A correria de uma manhã no coração financeiro de Nova York foi interrompida pela imagem de um corpo frágil que se deitava no fio entre os prédios mais altos do mundo só para ver o céu ou que tirava um dos pés daquela linha fina, vista de tamanha distância, em um desafio-surpresa que levaria meses para ser concretizado assim, como planejaram Petit e seus amigos: original, surpreendente e efêmero. O artista não justificou a ação como fez inúmeras outras vezes, lançando performances por um fio na catedral de Notre-Dame e em monumentos antes intocados pelo mundo, tramando ações em segredo.

Sem o aparato tecnológico, as insurgências poéticas de Philippe Petit renderam-lhe prisões, rápidas, e repercussão nas cidades por onde passou. A lembrança desse choque bem-humorado foi registrada no filme vencedor do Oscar de melhor documentário este ano, *O Equilibrista*. **Como enfrentar quem usa o humor e a poesia? Petit não ambicionava mais do que aquele momento, não queria se eleger a cargo algum e, acima de tudo, era um boa-praça.** Ainda que suas ações tenham ocorrido em sua maioria na década de 70, ali se reuniam características do arte-ativismo que vemos hoje: uma mescla de movimentos artísticos anteriores, ocupação do espaço público, urbano, planos e ações coletivas organizados na surdina, em que o processo é tão importante quanto o ato. Agora, o arte-ativismo conta com aliados fundamentais – a tecnologia e a globalização. “Se vai dar certo, só saberemos fazendo” é uma máxima de coletivos artísticos em suas intervenções.

# BICICLETADA PELADA RECLAIM THE STREETS E DIA DE AÇÃO GLOBAL SÃO EXEMPLOS DE PROTESTOS – CONTÁGIO



Ir contra o capitalismo ou questionar o atual estágio do modelo econômico e seus danos – consumismo exagerado, controle invisível de grandes organizações, degradação ambiental – sem ser absorvido por ele é possível? Burlando o sistema de arte convencional e o aparato oficial da política, os arte-ativistas buscam essa brecha nos espaços públicos e onde haja interesse comum. O termo surgiu pela primeira vez em artigo, de 1984, da teórica e ativista americana Lucy Lippard. Nesse texto, ela tenta diferenciar arte política, que faz uma reflexão do momento, do arte-ativista, que põe a mão na massa e se envolve com o cotidiano. Nesse sentido, o objeto de arte em si não tem tanta importância, explica o doutorando em Arte-Ativismo pela USP André Mesquita. “O processo e a convivência com os outros, colocando a arte na vida, são o que importa. Os coletivos têm esse espírito de fazer a coisa juntos e valorizar um campo de transversalidade, no qual a arte vai conversar com a política, economia, arquitetura, com os movimentos sociais.”

Uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999, em Seattle (EUA), pode ser considerada um marco no tipo de protesto que se alastrou pelo mundo. Pulverizados, com bastante uso de internet e mensagens de celular, os protestos de Seattle, além de tudo, ocorreram no centro do consumismo *cool* mundial, terra de nomes como Microsoft e Nintendo, onde ninguém suspeitava de uma insurgência de tamanha repercussão contra o sistema. Jovens simplesmente sentavam ao longo de uma rua, impedindo o acesso dos participantes à reunião que debateria a rodada do

milênio, articulando movimentos sincronizados no espaço público, com o uso de fantasias e ataques a pontos polêmicos das discussões que as nações ricas levavam em portas fechadas. Em Gênova, em 2001, quando se reuniam os países integrantes do G-8, os manifestantes repetiram a saraivada de protestos organizados com táticas de guerrilha e deixaram a polícia e os políticos perplexos.

“Os movimentos arte-ativistas usam táticas e estratégias, como na guerra. A tática é usada pelo mais fraco – assim como na luta de boxe –, você está em território inimigo. Então transforma aquilo em uma linguagem subversiva. Os **zapatistas** usaram isso da melhor forma possível, conseguiram espaço na TV e no rádio, na selva se comunicavam pela internet, deram um viés radical para o uso da mídia”, analisa Mesquita.

Já o diretor editorial da **Conrad**, Rogério Campos, avalia que o efeito-surpresa de Seattle tem relação com a crise das esquerdas pós-queda do Muro de Berlim. “O pensamento daquela hora era de que os jovens estavam alienados, e depois dos grandes protestos não queriam saber de nada, muito menos de política. Ali se percebeu que tinha gente pensando e articulando movimentos anticapitalismo da forma mais corrosiva possível: com humor”, sugere o diretor.

Um dos títulos da Conrad, considerado uma Bíblia por muitos, é o *TAZ – Zona Autônoma Temporária*, de Hakim Bey, que lançou a ideia de combater o poder criando espaços (virtuais ou não) de liberdade que surjam e desapareçam o tempo

Membros da guerrilha surgida em Chiapas, no México, que reivindica o fim da marginalização dos indígenas e combate a corrupção na política local

Editora pioneira no lançamento de títulos ligados ao arte-ativismo e adjacências, por meio da coleção chamada *Baderna*

todo. Discutia-se até mesmo a identidade do autor do livro. No fim dos anos 80, o *TAZ* ficou circulando livremente na forma de panfleto e hoje é citado por teóricos que estudam as *raves*, o universo dos *hackers*, a ideia de organização fluida (*mais sobre o TAZ na reportagem “A gente é o mundo que é a gente”, na edição 28 de PÁGINA22*).

Acredita-se que o conceito de *TAZ* tenha inspirado muitas das táticas de rua dos manifestantes em Seattle. Mais de uma autoridade policial constatou, aterrorizada, que era muito difícil acompanhar a estratégia dos manifestantes de formar grupos aleatoriamente, atacar e depois desmanchar aquelas formações para se juntar em outros grupos, com novos objetivos.

Ao mesmo tempo que esses manifestos e ensaios de Hakim Bey recebiam a atenção de ativistas e das autoridades, passaram também a ganhar elogios entusiasmados por sua qualidade literária. “O *TAZ* instaurou isso do você-faz-e-sai-fora. Consolidar posições é um erro. Isso inspirou muita gente na questão da liderança de movimentos. Eles hoje se questionam o tempo todo”, analisa Campos.

Em menor escala que os grandes protestos das décadas de 60 e 70, o arte-ativismo também caminha para focos mais direcionados e específicos de protesto. Com o uso da tecnologia, o alcance é multiplicado e as fronteiras geográficas ficam menores. Esses protestos-contágio também passaram a ser adotados pelas causas da sustentabilidade, organizações ambientais criaram eventos como o Dia de Ação Global, a World Naked Ride Bike (Bicicletada Pelada) ou o Reclaim the Streets.

## A cidade e a catraca

Movimentos com foco local também proliferam em torno de causas nascidas, às vezes, em um bairro. Em São Paulo, em 2004, um protesto ganhou proporções interessantes. Um coletivo chamado Contra Filé fazia um projeto sobre regiões da cidade, apoiado pelo Sesc. Elegeram a catraca como símbolo de separação e controle da cidade. As pessoas não conhecem o lugar onde moram e estão isoladas, foi a conclusão do grupo. A imagem também remetia a “catracas” na vida de cada um como controles invisíveis existentes no espaço urbano. Colocaram uma catraca velha no Largo do Arouche e lançaram ali um programa de “descatracalização da vida”.

Prefeitura e mídia reagiram, criticando o mau uso do patrimônio público. Mas o cartunista Laerte adorou a ideia e fez tirinhas com a catraca invisível, enquanto outros articulistas de jornais importantes absorveram a história, até que o vestibular da Fuvest elegeu a descatracalização da vida como tema de redação. Em seguida, o símbolo foi usado por vários movimentos no País, pedindo transporte público gratuito.

Outro caso emblemático teve como cenário o Edifício Prestes Maia, no centro da cidade. Tomado por sem-teto, o prédio passou por seguidas tentativas de desocupação pela polícia e, em 2006, o poder público precisou enfrentar antes a intervenção artística. Os artistas se juntaram aos moradores do prédio, fazendo parte da ocupação, arrecadando livros, comida e passando os dias com os moradores ameaçados de despejo. “Um dia em que a polícia entrou e começou a dar tiros de bala de borracha, uma menina,

disse que aí viu o que estava fazendo”, relata o pesquisador da USP André Mesquita, que entrevistou mais de 30 coletivos para a sua dissertação. Há críticas de que os artistas surgem nas situações-limite e, depois, desaparecem. No próprio *blog* dos artistas envolvidos com a ocupação do Prestes Maia, eles fazem um *mea-culpa* em charges e quadrinhos. “Tem gente que só participou do movimento e depois sumiu, e só apareceu mais tarde em jornais. A quem pertence o resultado final?”

As questões do espaço urbano tomam bastante a pauta dos movimentos. O termo “gentrificação”, por exemplo, foi cunhado para se referir a áreas degradadas que o poder público toma para fazer moradias para a classe média. Limpezas urbanas ocorreram em Nova York, Barcelona e Berlim. Movimentos sociais de arte-ativismo organizaram uma publicação que narra episódios de gentrificação em diversas grandes metrópoles mundiais, na qual o episódio do Prestes Maia foi incluído.

Mas, diante do avanço e da desigualdade da produção capitalista e dos monopólios e oligopólios que controlam a vida das cidades, outro mundo é realmente possível através dessas insurgências poéticas? Qual o efeito desses pequenos atos político-artísticos na vida coletiva?

“Acho que a todo momento as pessoas querem fazer alguma coisa, pode não virar política pública, mas pelo menos você foi lá e se manifestou. Porque, no fundo, as pessoas acham que vão mudar algo. Pode ser que nunca tenha uma tarifa zero para o transporte público em São Paulo, mas é bom brigar pelo impossível. Não é utópico e romântico, é a questão da arte que penetra no cotidiano, e que faz as pessoas se mobilizarem”, responde Mesquita.

## Famosos e anônimos

Promover beleza ou espanto é com que lida Adriano Paulino, artista mineiro responsável por ilustrar as páginas desta reportagem usando a técnica do estêncil. “O estêncil é muito rápido e relativamente barato. Você sai com os moldes pelo meio da rua e vai mandando. Em geral, gosto de fazer um movimento inverso do que a gente vive. Corto estêncil de personalidades, celebridades e coloco na rua, olhando para os mortais.”

Quem passa pelos bairros de Floresta e Santa Tereza, em Belo Horizonte, pode dar de cara com uma Marilyn Monroe no muro, Johnny Depp passeando na parede ou Paulinho da Viola, Tarcísio Meira e Glória Menezes. A rua é a galeria de arte. A técnica é antiga, mas ganhou fôlego com a internet. Adriano fotografa os locais onde aplicou seu trabalho e faz um intercâmbio das imagens com adeptos da técnica em vários países, além de interagir com quem passa pela rua. “Existe uma sintonia com quem faz trabalhos na rua e hoje tem essa simultaneidade, acabou de mandar e já está na internet.” Com influência de **Andy Warhol**, o artista mineiro especula: “Imagine se ele tivesse conhecido a *web*”.

A rede é ainda espaço para o cyberativismo de muitas orga-



nizações. Abaixo-assinados ganham escala mundial replicados em simples correios eletrônicos, caso do Avaaz, grupo que briga por temas tão amplos e distintos como o fim da guerra do Iraque, contra o aquecimento global e, recentemente, por investigações sobre a origem da gripe suína.

O texto – que só circula pela rede – sugere que está cada vez mais claro de onde veio a gripe: muito provavelmente de uma gigantesca fazenda industrial de criação de suínos mantida por uma corporação multinacional americana no estado de Veracruz, no México. A proposta do Avaaz é um protesto em massa com assinaturas colhidas virtualmente, seguida de uma ação no plano bem real: “Se conseguirmos 200 mil assinaturas, entregaremos o abaixo-assinado à OMS, em Genebra, juntamente com um rebanho de porcos de papelão. Para cada mil assinaturas, acrescentaremos um porco ao rebanho”.

De modo equivalente, o arte-ativismo pode provocar um inusitado grupo de transeuntes olhando para o céu numa segunda-feira cinzenta em Nova York para ver o malabarismo de Petit. É a arte tirando coisas do lugar e sacudindo as pessoas. Se vai abalar ou não, só fazendo saberemos. [1] [2]

### TOME NOTA

1 Leia mais sobre o tema em [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03122008-163436/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03122008-163436/)  
[www.rizoma.net](http://www.rizoma.net)  
[www.theregoestheneighbourhood.org/book.htm](http://www.theregoestheneighbourhood.org/book.htm)  
[www.conradeditora.com.br](http://www.conradeditora.com.br)  
[www.avaaz.org](http://www.avaaz.org)  
<http://integracaoemposse.zip.net/>  
[www.corocoletivo.org](http://www.corocoletivo.org)  
[www.worldnakedbikeride.org/](http://www.worldnakedbikeride.org/)  
<http://rts.gn.apc.org/>

# ONGS na pindaíba

A crise atingiu em cheio as organizações nos EUA, que apelam para cortes e fusões ou fecham as portas. Em compensação, podem **atrair maior voluntariado**

A crise financeira está tirando o chão de muitas não governamentais. Devido à queda nos repasses de origem estatal e nas doações, muitas organizações nos Estados Unidos estão pedindo falência ou fechando as suas portas. As mais ágeis apelam para cortes, fusões e mudança de foco, para não comprometer seus programas essenciais.

O Council on Foundations registrou queda de US\$ 200 bilhões no patrimônio conjunto de suas 2.100 associadas – organizações privadas americanas que financiam projetos sociais ou ambientais. Agora, conta com US\$ 307 bilhões. A crise não perdoa nem as megadoadoras, como a Fundação Ford, que teve de fechar seus escritórios na Rússia e no Vietnã, após perder um terço dos seus recursos no último ano.

Em outros países, a situação não é melhor. Dois dos maiores doadores da Inglaterra, o Wellcome Trust e a Esmée Fairbairn Foundation, também sofreram reveses. O primeiro perdeu 9% do seu patrimônio, e a segunda teve de reduzir doações em 8%, devido à queda de 22,5% em seus investimentos.

Menor patrimônio, menores doações. Pesquisa realizada pelo mesmo Council on Foundations, em março, verificou que 62% das 430 fundações ouvidas pretendiam diminuir seus repasses neste ano. Quase a metade informou que o aperto será superior a 10%. A enquete também indicou que essas organizações resolveram priorizar a promoção de necessidades básicas, com assistência a comunidades pobres e desempregados, combate à fome, oferta de abrigo emergencial e criação de empregos. Por fim, 60% das fundações relataram que

estavam cortando seus custos operacionais. Parte delas congelou salários e contratações e 6% começaram a demitir.

O ânimo entre as ONGs que dependem desses doadores é igualmente sombrio. Um estudo da Universidade de Indiana registra que a expectativa de arrecadação das organizações é a menor dos últimos dez anos. Segundo análise publicada pelo *The New York Times* em março, a saúde financeira das não governamentais dos EUA deteriora-se rapidamente. O jornal cita pesquisa com dirigentes de 900 entidades. Um terço delas dizia que não tinha recursos para cobrir mais que um mês de despesas. Outro tanto afirmou que tinha cobertura por mais três meses apenas.

“Aqueles incapazes de se beneficiar da economia de escala podem ter dificuldades de sobreviver”, declarou, recentemente, Lois Lerner, diretora da área que monitora as filantrópicas no IRS, a Receita Federal americana. “Por essa razão, temos ouvido cada vez mais organizações isentas de impostos considerarem fusões e aquisições com outras similares.”

Já há casos de entidades sem fins lucrativos que declararam falência – como a Glass Youth and Family Services, de Los Angeles, que atende jovens *gays* e lésbicas, ou a Baltimore Opera Company.

Diante desse quadro, alguns doadores estão ajudando a reestruturar organizações em perigo. É o caso da San Francisco Foundation, que destinou US\$ 1 milhão para ajudar ONGs a manter serviços básicos e para pagar os serviços de advogados e administradores que ajudem a fundi-las ou fechá-las. Uma das apoiadas por ela, a Project Open Hand distribui 2.600 refeições quentes

diárias a idosos e portadores do HIV na cidade de San Francisco. Com o encolhimento do orçamento, associou-se a três outras organizações similares. Passaram então a comprar alimentos coletivamente, para poder negociar melhores preços, e a compartilhar cozinhas.

Como em toda crise, sempre há quem encontre formas de prosperar. Para Daniel Ben-Horin, fundador da Tech-Soup, entidade que faz a ponte entre organizações filantrópicas e indústrias de computadores, esta fase será boa para as não governamentais. “Este é um momento de reinvenção, de busca de oportunidades”, diz. Para ele, muita gente talentosa poderá reavaliar sua carreira e buscar oportunidades no Terceiro Setor – como ocorreu quando a bolha das *pointcom* explodiu. “Trabalhar em projetos sociais é uma forma de validar o seu papel num mundo que enfrenta turbulências financeiras.”

Pelo menos nos EUA, muitos desempregados recentes estão buscando trabalho voluntário como forma de ocupar suas horas ociosas. Essa é a história de Lisa Traina, que perdeu seu glamoroso emprego como organizadora de festas na Rainbow Room, em Nova York, e passou a abordar mendigos para oferecer os préstimos de um abrigo de Nova York. “Eu trabalhava no topo do mundo”, ela disse recentemente ao *New York Times*. “Agora, ando pelas ruas dizendo: ‘Posso lhe mostrar onde conseguir um prato de sopa?’” O jornal diz que, graças ao interesse de recém-desempregados como Lisa Traina, a oferta de voluntários cresceu cerca de 30% em várias instituições.

Essa é a cara das ONGs pós-crise: pouco dinheiro, mas muita disposição para trabalhar. [2]

Artista americano, expoente da *pop art*, que se apropriava de imagens da cultura de massa



# Pulo do gato?

Dez anos é o tempo mínimo para a produção comercial de **bioenergia de terceira geração** – prazo bem curto para se definir uma política estratégica sobre o tema

**A** energia da controvérsia é o subtítulo de um livro sobre os biocombustíveis, organizado pelo professor **Ricardo Abramovay** e lançado este ano pela Editora Senac. Partidários e adversários dos biocombustíveis continuam a travar uma renhida batalha sobre as consequências potenciais da competição entre bioenergia e alimentos por recursos escassos – terras agricultáveis e água.

A passagem à segunda e à terceira geração dos biocombustíveis – etanol celulósico e biocombustíveis produzidos à base de algas – acabaria com essa polêmica.

O **etanol celulósico** vai utilizar como matéria-prima resíduos agrícolas e florestais, além de gramíneas perenes e árvores de crescimento rápido, acentuando a complementaridade entre a produção de alimentos e de bioenergia. Esta é a opção tomada pela China, que planeja para o ano 2020 a substituição de 31 milhões de toneladas de

gasolina por etanol produzido com resíduos agrícolas. Por sua vez, as algas e as plantas halófilas, suscetíveis de serem transformadas em bioenergia, crescem em água doce ou salgada e, portanto,

não requerem nenhum hectare de terras cultiváveis.

Daí surge uma questão estratégica. Que importância atribuir a pesquisas

sobre a segunda e a terceira geração dos biocombustíveis de maneira a acelerar o seu aproveitamento em escala industrial? Os primeiros a efetuar este pulo do gato (*leapfrogging*) desfrutarão de vantagens comparativas no mercado.

As numerosas espécies de algas – mais de 100 mil – diferem em tamanho e formas, desde micróbios unicelulares até sargaços longos de dezenas de metros, formando uma verdadeira floresta. Várias espécies têm a capacidade de crescer rapidamente, dobrando de volume a cada 6 horas. Algumas têm um conteúdo de óleo de 50%, o que faz com que tenham uma produtividade por hectare várias vezes superior à do dendezeiro ou da soja.

É possível cultivar algas no deserto em açudes ou nas usinas de tratamento de água. Um projeto na cidade de Saint Paul, no Estado de Minnesota, nos EUA, propõe-se a cultivar algas para remover o nitrogênio e o fósforo das águas usadas antes de jogá-las no Rio Mississippi. Da mesma maneira, pensa-se em reciclar o gás carbônico emitido por usinas elétricas movidas a carvão.

A produção de biocombustíveis à base de algas atrai também a atenção da indústria aeronáutica. A Sapphire Energy, a mais importante empresa americana do ramo, pretende colocar no mercado cerca de 4 milhões de litros de biocombustível de algas em 2011. A sua produção deve alcançar cerca de 400 milhões de litros por ano em 2018 e 4

bilhões de litros em 2025.

Não faltam estimativas mirabolantes do potencial de biocombustíveis à base de algas. Salt Lake, no Estado de Utah, é um sério candidato para liderar a corrida com um potencial avaliado em US\$ 250 bilhões por ano! Segundo outro cálculo, uma área de 2 milhões de hectares seria suficiente para abastecer integralmente os Estados Unidos com diesel. Na mesma ordem, há quem pense que a energia produzida de algas em uma parte do deserto de Saara, usando água do mar, daria para substituir o consumo mundial atual da energia fóssil.

Ainda não estamos lá. A energia obtida de algas continua cara e os mais otimistas pensam que pelo menos dez anos serão necessários para viabilizar a sua produção comercial. Mas, para definir uma estratégia de pulo do gato, dez anos representam um prazo muito curto. Tanto mais que o Brasil dispõe de condições excepcionais para se lançar na produção de biocombustíveis de algas.

Ao falar da terceira geração dos biocombustíveis, convém mencionar também a fotossíntese artificial, tema de um importante projeto pilotado pela Universidade de Uppsala, na Suécia, contando com uma rede de pesquisadores europeus. Cientistas americanos estão empenhados num projeto similar no Brookhaven National Laboratory. O objetivo é conseguir a produção do hidrogênio com água e energia solar, valendo-se de uma abordagem biomimética (inspirada nas soluções que a natureza encontra). Em paralelo, são estudadas cianobactérias e algas verdes que têm a capacidade de usar a energia solar para obter hidrogênio de água.

O progresso técnico não é uma panaceia que resolve todos os problemas da humanidade. Um tal otimismo epistemológico seria descabido. Tampouco convém subestimar o papel da pesquisa tecnológica, deixando-se ir a um pessimismo desmobilizador diante da ameaça de mudanças climáticas deletérias. **O importante é fazer com que o progresso técnico caminhe de mãos dadas com a organização social apropriada dos processos produtivos**, de modo a enfrentar simultaneamente os desafios da mudança climática e das desigualdades abissais na distribuição da renda. **zzz**

# Falso dilema

No âmbito da Convenção do Clima, o Brasil deve defender uma posição por **mecanismos de compensação** para redução de emissões de desmatamento

**N**a edição de maio de PÁGINA22, apresentei um breve histórico da discussão sobre florestas e clima no Brasil. A notícia é que hoje não se discute mais “se” o tema desmatamento entrará nos mecanismos propostos pela Convenção do Clima, mas “como” eles se darão. Neste artigo, gostaria de iniciar a discussão a respeito das alternativas do “como”.

O debate começa sobre a análise de cenários desenhados para as emissões globais e envolve a premissa de que o aumento médio da temperatura não pode passar de 2 graus Celsius, limite a partir do qual os modelos predizem implicações mais do que sérias para a qualidade de vida no planeta.

Segundo relatório produzido pela empresa de consultoria McKinsey [1], em 2005, foram emitidas cerca de 45 gigatoneladas (GT) de CO<sub>2</sub>e (dióxido de carbono equivalente). Em cenário *business as usual*, a McKinsey estima que as emissões globais devem alcançar 61 GT de CO<sub>2</sub>e, em 2020. Para um aumento de temperatura máximo desejável de 2 graus Celsius, no entanto, as emissões em 2020 não poderiam ser superiores a 44 GT de CO<sub>2</sub>e, ou seja, uma necessidade de redução da ordem de 17 GT de CO<sub>2</sub>e. [2]

**TOME NOTA**  
1 Pathways to a Low-Carbon Economy – Version 2 of the Global Greenhouse Gas Abatement Cost Curve, McKinsey & Company, 2009

**TOME NOTA**  
2 Estudos demonstram que é possível reduzir grande parte desse gap por meio de uma série de atividades econômicas – que não incluem redução de desmatamento –, com custo inferior a 60 euros a tonelada

Mesmo assumindo que os países se proponham, para um segundo período de

comprometimento, a reduzir suas emissões em 40% em relação ao praticado em 1990 (compromisso bastante otimista, uma vez que o acordado em Kyoto foi de 5,2%), estima-se que ainda faltarão cerca de 8 GT de CO<sub>2</sub>e a ser reduzidas.

Aí é que entra a discussão sobre o papel das reduções de emissões de desmatamento tropical, no âmbito da Convenção e, em especial, perante a posição oficial brasileira. O problema é que essa questão tem sido “vendida” como um dilema, ou um falso dilema, no meu entender: temos de escolher entre tratar florestas por meio de mecanismos voluntários ou de um mecanismo de compensação, por meio do qual os países desenvolvidos poderiam cumprir seus compromissos de redução de emissão.

Segundo versões oficiais, se optarmos pela compensação na Convenção do Clima, o valor do crédito para as florestas seria maior, mas comprometeríamos o regime climático do planeta, uma vez que não imporíamos aos países desenvolvidos obrigações de redução de emissão – os 8 GT que faltam – de combustíveis fósseis.

Por outro lado, se tratarmos reduções de desmatamento em um regime voluntário – portanto, fora da Convenção do Clima, o que parece ser a posição brasileira – “garantiríamos” a exigência de que países desenvolvidos cumprissem compromissos por meio de reduções de emissões de fósseis, ao mesmo tempo que evitaríamos o aumento superior a 2 graus Celsius. Como efeito colateral, essa alternativa reduziria a demanda de créditos provenientes de floresta e, por consequência, seu preço. Em outras palavras, esse dilema

é vendido assim: se não tratarmos floresta por meio de um regime voluntário, vamos comprometer o equilíbrio climático do planeta e as metas de 2 graus!

É um dilema de refém! Em primeiro lugar, porque não será o tipo de mecanismo a ser adotado para florestas o grande responsável pela catástrofe climática. Em segundo, uma pergunta: por que florestas entram por último nessa conta? Por que não começamos os esforços de promoção do equilíbrio climático por redução de desmatamento? Por que floresta continua discriminada?

O desmatamento tropical representa 20% das emissões globais de gases de efeito estufa. Mais do que isso, com o aumento da temperatura, esse valor deve subir, uma vez que o processo de savanização comprometeria cada vez mais a função de sumidouro de carbono que as florestas exercem. No Brasil, florestas – principalmente por meio do desmatamento amazônico – representam grande parte das emissões nacionais (dependendo da fonte de pesquisa, esse número varia de 55% a 75%). Partindo da premissa de que, na margem, as emissões oriundas de fósseis devem crescer no Brasil, e o desmatamento amazônico desacelerar em acordo com as metas propostas pelo governo federal, esse percentual, segundo a McKinsey [3], pode cair para 43% em 2030. Além disso, segundo a mesma fonte, a “eliminação do desmatamento até 2030 representa 72% das oportunidades brasileiras de abatimento”.

**TOME NOTA**  
3 Caminhos para uma Economia de Baixa Emissão de Carbono no Brasil, 2008, McKinsey

Não será por meio de mecanismos voluntários que vamos atingir essa meta e aproveitar a oportunidade de promover uma forte queda na taxa de desmatamento nos próximos 20 anos.

É claro e evidente que a posição brasileira sobre emissões de desmatamento no âmbito da Convenção deve ser por um regime de compensação. Desmatar precisa ser muito caro! E, se for necessário pagar caro para garantir que a elevação não ultrapasse 2 graus, que se busquem os meios. Quanto se gastou para resgatar a economia de uma crise cíclica do capitalismo? Por que não se pode investir um décimo disso para evitar o maior problema ambiental da história da humanidade? **zzz**



## Quem vê cara vê coração

Projetos de urbanização de favelas em sete cidades da América Latina foram selecionados por dois professores da Graduate School of Design, da Universidade Harvard (EUA), para compor a mostra *Redesenhando a Cidade Informal*. A intervenção no Parque Amélia, na Zona Sul de São Paulo, foi um dos casos escolhidos. O local ganhou água encanada, esgoto, drenagem, pavimentação e uma praça para prática de esportes, beneficiando 736 famílias. O critério da Universidade Harvard foram estratégias desenvolvidas nos próprios países latino-americanos para melhorar as condições de

moradia informal. Aqui, o arquiteto e urbanista João Walter Toscano desenvolveu o trabalho. A exposição já passou por Boston, Buenos Aires e está em São Paulo, até 28 de junho. São grandes painéis que contam a história de cada lugar até que chegasse à nova realidade, por meio de croquis, fotos, mapas e textos. [vz](#)

**SERVIÇO:** *Exposição: Redesenhando a Cidade Informal. Quando:* 13 de maio a 28 de junho, de terça a domingo, das 10h às 18h. *Onde:* Museu da Casa Brasileira – São Paulo-SP. *Mais informações:* (11) 3032-3727



MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS SEM COMPROMETER  
O MEIO AMBIENTE É SUSTENTABILIDADE.  
E SUSTENTABILIDADE É COM A CAIXA.

Sustentabilidade é usar conscientemente os recursos naturais hoje, para melhorar a vida das pessoas agora, sem comprometer o futuro da Terra. A CAIXA financia projetos de responsabilidade socioambiental, como os de geração de energia limpa. Com incentivos do Governo Federal, a CAIXA aplicará até o fim de 2009 mais de R\$ 1,175 bilhão em projetos de geração de energia eólica. Um exemplo é a Central Eólica Praias de Parajuru, que vai gerar não só 28,8 megawatts de energia, como também mais de 1.500 empregos diretos e indiretos no Ceará.

Central Eólica Praias de Parajuru, no Ceará.

Um investimento de R\$ 128 milhões.

Mais um presente da CAIXA para o meio ambiente.



SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)  
0800 726 2492 (para pessoas com deficiência auditiva)  
Ouvidoria: 0800 725 7474





A relação entre duas pessoas que ainda não se conhecem pode mudar o mundo.

A vida é um encadeamento de relações. O vínculo entre mãe e bebê é a primeira e mais importante delas. A consciência da importância das relações permeia todo o trabalho da Natura: da criação e desenvolvimento de seus produtos até o relacionamento com os seus colaboradores, consultoras e consumidores. A linha Natura Mamãe e Bebê nasceu a partir dessa crença. Relações verdadeiras e prazerosas são fundamentais para o indivíduo crescer em harmonia com ele mesmo, com o outro e com o mundo.